

ADVOCEF EM REVISTA

ANO XIII | Nº 135 | MAIO | 2014



XX congresso
da ADVOCEF

RECIFE | DE 22 A 24 | MAIO | 2014

**A ADVOCEF
e seus 20 congressos**



Recomeçando para avançar

A edição festiva deste mês de maio da ADVOCEF em Revista, mais uma vez, tem seu lançamento coincidente com o congresso da ADVOCEF.

Uma edição especialíssima recebe os participantes da vigésima edição do congresso de todos os advogados da CAIXA, para mais uma jornada de debates e discussões sobre o futuro desta corporação e de sua entidade representativa.

Por justa razão, este número traz as principais linhas de atuação dos dirigentes associativos eleitos para o biênio que se inicia neste mês de maio.

Um típico recomeço, que se faz ao mesmo tempo festivo e grave, repleto de alegrias pelo reencontro com muitos e de aspirações, projetos e justas reivindicações.

As duas décadas ininterruptas de realização dos nossos congressos são merecedoras de matéria especial, com muitos depoimentos, alegres e saudosos, todos igualmente dignos de registros positivos.

Os principais projetos da nova gestão dos órgãos da ADVOCEF são também divulgados em matéria especial deste número, condição material imprescindível para dizerem a que vieram os dirigentes recentemente eleitos.

Uma matéria sobre o Quinto Constitucional, com alusões elogiosas à difícil missão de julgar atribuída aos advogados que integram as cortes, também rememora nossos nobres colegas de fileiras que hoje enaltecem a advocacia como profissão e os quadros jurídicos da CAIXA como celeiro de excelentes julgadores.

Os números obtidos em um mutirão em Manaus recebem registro, compartilhando o bom resultado com os leitores e colegas.

O encarte deste mês, abrindo exceção à temática predominantemente jurídica que abriga em suas páginas, rende desta feita uma justa homenagem ao sempre escritor das Américas, Gabriel García Márquez.

Muitos registros para serem sorvidos desde os primeiros minutos deste XX Congresso da ADVOCEF, dentro e fora da plenária, porque muitas são as frentes de discussão e debate, e em todas elas devemos estar atentos para bem desempenhar nossas atribuições.

Diretoria Executiva da ADVOCEF



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA 2012-2014

Presidente:

Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva (Recife)

Vice-Presidente:

Álvaro Sérgio Weiler Junior (Porto Alegre)

Primeira Secretária:

Lya Rachel Bassetto Vieira (Campinas)

Segundo Secretário:

Eduardo Jorge Sarmento Mendes (Brasília)

Primeiro Tesoureiro:

Estanislau Luciano de Oliveira (Brasília)

Segunda Tesoureira:

Daniele Cristina Alaniz Macedo (São Paulo)

Diretor de Articulação e Relacionamento Institucional:

Júlio Vítor Greve (Brasília)

Diretor de Comunicação, Relacionamento Interno e Eventos:

Roberto Maia (Porto Alegre)

Diretor de Honorários Advocatícios:

Dione Lima da Silva (Porto Alegre)

Diretor de Negociação Coletiva:

Marcelo Dutra Victor (Belo Horizonte)

Diretora de Prerrogativas:

Maria Rosa de Carvalho Leite Neta (Fortaleza)

Diretor Jurídico:

Magdiel Jeus Gomes Araújo (João Pessoa)

Diretora Social:

Isabella Gomes Machado (Brasília)

REPRESENTANTES REGIONAIS

Luis Gustavo Franco (Dijur/Suaju) | Meire Aparecida de Amorim (Dijur/Suten) | Paula Giron Margalho (Aracaju) | Rodrigo Trassi de Araújo (Bauru) | José de Anchieta Bandeira Moreira Filho (Belém) | Leandro Clementoni da Cunha (Belo Horizonte) | Marta Bufaiçal Rosa (Brasília) | Lya Rachel Bassetto Vieira (Campinas) | Alfredo de Souza Brites (Campo Grande) | Renato Luiz Ottoni Guedes (Cascavel) | Sandro Martinho Tiegs (Cuiabá) | Manoel Diniz Paz Neto (Curitiba) | Edson Maciel Monteiro (Florianópolis) | Karla Karam Medina (Fortaleza) | Ivan Sérgio Vaz Porto (Goiânia) | Isaac Marques Catão (João Pessoa) | Rodrigo Trezza Borges (Juiz de Fora) | Altair Rodrigues de Paula (Londrina) | Gustavo de Castro Villas Bôas (Maceió) | Kátia Regina Souza Nascimento (Manaus) | José Irajá de Almeida (Maringá) | Francisco Frederico Felipe Marrocos (Natal) | Daniel Burkle Ward (Niterói) | Leonardo da Silva Greff (Novo Hamburgo) | Cassia Daniela da Silveira (Passo Fundo) | José Carlos de Castro (Piracicaba) | Fábio Guimarães Haggstram (Porto Alegre) | Augusto Cruz Souza (Porto Velho) | Aldo Lins e Silva Pires (Recife) | Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti (Ribeirão Preto) | Luiz Fernando Padilha (Rio de Janeiro) | Linéia Ferreira Costa (Salvador) | Conrado de Figueiredo N. Borba (Santa Maria) | Leandro Biondi (São José dos Campos) | Antonio Carlos Origa Junior (São José do Rio Preto) | Marcelo de Mattos Pereira Moreira (São Luís) | Camila Modena Bassetto Ribeiro (São Paulo) | Rômulo dos Santos Lima (Teresina) | Felipe Lima de Paula (Uberaba) | Aquilino Novaes Rodrigues (Uberlândia) | Angelo Ricardo Alves da Rocha (Vitória) | Aldir Gomes Selles (Volta Redonda).

CONSELHO DELIBERATIVO

Membros efetivos: Davi Duarte (Porto Alegre), Anna Claudia Vasconcellos (Florianópolis), Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim (Londrina), Fernando da Silva Abs da Cruz (Porto Alegre), Luciano Caixeta Amâncio (Brasília), Renato Luiz Harmi Hino (Curitiba) e Henrique Chagas (Presidente Prudente).

Membros suplentes: Antônio Xavier de Moraes Primo (Recife), Justiniano Dias da Silva Junior (Recife) e Elton Nobre de Oliveira (Rio de Janeiro).

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos: Edson Pereira da Silva (Brasília), Jayme de Azevedo Lima (Curitiba) e Adonias Melo de Cordeiro (Fortaleza).

Membros suplentes: Sandro Endrigo Chiaroti (Ribeirão Preto) e Melissa Santos Pinheiro Vassoler Silva (Porto Velho).

Endereço em Brasília/DF:

SBS, Quadra 2, Bloco Q, Lote 3, 5º Andar, Sala 510 e 511
Edifício João Carlos Saad – Brasília/DF – CEP 70070-120
Fone (61) 3224.3020 / 0800601.3020 | E-mail: advocéf@advocéf.org.br

Equipe da ADVOCEF:

Gerente administrativa e financeira: Ana Niedja Mendes Nunes;
Assistente administrativa: Valquíria Dias; Assistente de secretaria: Roane Máximo; Assistente financeira: Kelly Carvalho; Atendente: Carol Aranalde.

www.advocéf.org.br – Discagem gratuita 0800.601.3020

Expediente

Conselho Editorial: Álvaro Weiler Junior, Carlos Castro, Daniele Macedo, Dione Lima da Silva, Eduardo Jorge Sarmento Mendes, Estanislau Luciano de Oliveira, Isabella Gomes Machado, Júlio Greve, Lya Rachel Bassetto Vieira, Marcelo Dutra Victor, Maria Rosa de Carvalho Leite Neta, Magdiel Jeus Gomes Araújo e Roberto Maia | **Jornalista responsável:** Mário Goulart Duarte (Reg. Prof. 4662) - E-mail: mrgoulart@uol.com.br | **Projeto gráfico:** Eduardo Furasté | **Editoração eletrônica:** José Roberto Vazquez Elmo | **Capa e contracapa:** Eduardo Furasté | **Ilustrações:** Ronaldo Selistre | **Tiragem:** 1.100 exemplares | **Impressão:** Athalaia Gráfica e Editora | **Periodicidade:** Mensal.

A ADVOCEF em Revista é distribuída aos advogados da CAIXA, a entidades associativas e a instituições de ensino e jurídicas.

A versão eletrônica desta publicação está disponível no site da ADVOCEF.

Para acesso e leitura exclusivamente naquele formato basta fazer a opção, na área restrita do portal. Pense na sustentabilidade do Planeta.

As opiniões publicadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da ADVOCEF.

Dia Nacional do Quinto

A data, instituída pela OAB, será comemorada em 16 de julho

A partir deste ano passa a ser comemorado, em 16 de julho, o Dia Nacional do Quinto Constitucional. A data, que lembra a promulgação da Constituição de 1934 (a primeira a prever que um quinto dos tribunais seja constituído de advogados e membros do Ministério Público), foi instituída pelo Conselho Federal da OAB e anunciada no I Encontro Nacional dos Magistrados do Quinto Constitucional e o III Seminário "O Quinto Constitucional e a Promoção da Justiça", realizados em 25 de abril, em Brasília.

A sugestão da homenagem partiu do ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Carlos Ferreira, ex-diretor jurídico da CAIXA.

Em seu discurso, o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, afirmou que os advogados chegam à Magistratura com experiências distintas, mas com igual interesse na realização da Justiça. "Advogados, defensores, procuradores, promotores e magistrados pertencemos à mesma família – a família dos juristas –, trabalhamos na mesma casa – o Poder Judiciário – e perseguimos os mesmos ideais. Assim, nosso destino é o entendimento recíproco."

A ministra do Tribunal Superior do Trabalho Delaíde Arantes disse que a advocacia é uma grande escola. "Quem a exerce está preparado para o exercício de toda e qualquer função. E o Quinto é essencial inclusive para a democracia."



Em encontro da ADVOCEF em 2009, os desembargadores oriundos da CAIXA João Pinto da Silveira (TRF4) e João Pedro Silvestrin (TRT4), com o então diretor jurídico Antonio Carlos Ferreira, hoje ministro do STJ



I Encontro Nacional dos Magistrados do Quinto Constitucional

Homenageado no evento, o ministro Ricardo Lewandowski, vice-presidente do STF e advogado durante 15 anos, agradeceu:

"Como se diz na OAB, advogado que ingressa na magistratura pelo Quinto é apenas emprestado ao Poder Judiciário, porque em seu peito bate sempre e de forma permanente o coração do advogado e o anseio de retornar à casa da qual ele saiu para esta jornada."

Ressaltou: "A arte de julgar não é prerrogativa de alguém que pertence à categoria profissional de serviço público, não está reservada à classe de carreira e título. A arte de julgar pode sim ser exercida por todos que se disponham a distribuir Justiça com retidão, altivez, coragem e autonomia".

A voz da cidadania

O ex-presidente da OAB, Cezar Britto, considerou o encontro propício para reafirmar a importância do Quinto Constitucional. "Nós advogados somos a voz da cidadania buscando por justiça. Essa voz que a Constituição pôs direto nos tribunais. O Quinto Constitucional tem a função de levar a voz do outro lado do balcão para os tribunais. O representante do Quinto tem que sempre estar ligado ao outro lado, conversando com advogados, com a cidadania."



Carlos Castro: fortalecer a imagem da ADVOCEF e da CAIXA

Para o ministro Antonio Carlos Ferreira, advogados e procuradores não são melhores nem piores que juizes de carreira, sendo a diferença entre eles salutar para a Magistratura e a cidadania. "Afrontas não degeneram a ideia do Quinto Constitucional, que está consolidado como modelo constitucional, dando maior legitimidade ao poder decisório", afirmou.

A ADVOCEF integrou a linha de frente da campanha que lançou o nome do então diretor jurídico da CAIXA na disputa para a vaga no STJ, em 2010. O presidente Carlos Castro, pessoalmente, com apoio dos associados, foi em busca de votos para o colega. Seu objetivo era "propiciar os meios necessários para que os nossos companheiros exerçam suas reconhecidas competências no ramo do Direito, fortalecendo ainda mais a imagem institucional da ADVOCEF e da CAIXA".

Em seu trabalho de divulgação, Castro usava como estímulo os exemplos recentes dos desembargadores que saíram do Jurídico da CAIXA pelo Quinto: João Batista Pinto Silveira, do TRF da 4ª Região, e João Pedro Silvestrin, do TRT da 4ª Região, ambos do Rio Grande do Sul.

O ex-advogado da CAIXA Antonio Carlos assumiu como ministro do STJ em 13 de junho de 2011.

Para fazer mais

Novos Dirigentes da ADVOCEF assumem com o propósito de “Juntos, fazer melhor”

Tomam posse em Recife, em 22 de maio de 2014, os novos integrantes dos órgãos estatutários da ADVOCEF eleitos pelos advogados da CAIXA. Os representantes da categoria ocupam cargos na Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e nas Representações das unidades jurídicas. Na cerimônia, que ocorre na abertura do XX Congresso da entidade, os novos dirigentes assumem a responsabilidade de manter o alto nível de competência registrado pelas administrações anteriores.

O presidente atual, Carlos Castro, avisou que mantém seu compromisso e segue atento para tentar viabilizar os pleitos da categoria na mesa de

negociação, que continuará a frequentar através da CONTEC. “Desejo absoluto sucesso e sorte à nova Diretoria Executiva, colocando-me, na qualidade de conselheiro deliberativo eleito, à disposição para colaborar, no que se fizer necessário.”

Entre as grandes conquistas louvadas pelos associados, a mais recente foi a aprovação da nova estrutura

salarial, NES/2013. “Me perguntei bastante: depois de tal conquista, o que resta?”, indaga o advogado Lucas Ventura, novo diretor de Negociação Coletiva. “Conseguimos cumprir praticamente todas as metas previstas pelas gestões anteriores”, ratifica o ex e novo diretor de Honorários, Marcelo Quevedo. Apesar das afirmações, ambos têm já definidas as medidas que pretendem apresentar em suas pastas para manter a eficiência da Associação (*leia mais adiante*).

De acordo com o presidente eleito, Álvaro Weiler Júnior (vice-presidente na gestão passada), e a vice-presidente, Maria Rosa de Carvalho Leite Neta (ex-diretora de Prerrogativas), a chapa única vencedora na eleição para isso foi composta. Isto é, com o objetivo de aprimorar os avanços e conquistar os pleitos ainda existentes. É o que explicam no box “Para juntos fazermos melhor” (na pág. 7), em que pregam a importância de se conservar a unidade dos advogados, apontada como a grande responsável pelas vitórias.

Veja a seguir as pastas da Diretoria Executiva com seus novos titulares e a nova composição dos Conselhos Fiscal e Deliberativo.



Álvaro Weiler, presidente



Maria Rosa, vice-presidente

Presidência

Álvaro Sérgio Weiler Júnior

O advogado Álvaro Weiler Júnior é pós-graduado em Direito Empresarial pela PUC/RS. Advogado da CAIXA desde 2005. Atuou na Rejur Santa Maria e Rejur Novo Hamburgo, na área dos Feitos Diversos, até setembro de 2007. No Jurídico Porto Alegre, trabalhou na área do FGTS até dezembro de 2008, na área de Recuperação de Crédito até maio de 2010 e está hoje na área dos Feitos Relevantes.

Associado da ADVOCEF desde 2005, foi integrante do grupo de trabalho sobre honorários na gestão 2008-2010, diretor de Honorários na gestão 2010-2012 e vice-presidente na gestão 2012-2014.

Vice-Presidência

Maria Rosa de Carvalho Leite Neta

Formada em Direito pela UFMA, pós-graduada em Ciências Penais pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Foi analista do Ministério Público da União em Brasília.

Advogada da CAIXA desde 2005. Já trabalhou no Jurídico de São Luís, lotada atualmente no Jurídico de Fortaleza. Atuou na área consultiva, nos Feitos Diversos e na área trabalhista. Recentemente foi designada para trabalhar no SFH.

Já foi representante regional da ADVOCEF. Participa da Comissão de Honorários.

1ª Secretaria
Eduardo Jorge Sarmiento Mendes

O advogado Eduardo Mendes, que cumpriu um mandato-tampão como 2º secretário na Diretoria de Carlos Castro, volta na equipe de Álvaro Weiler à frente da 1ª Secretaria. Seu depoimento:

“Minhas expectativas restam calcadas tanto na coerência quanto na confiança que deposito nos membros da atual gestão, bem como – creio que principal e fundamentalmente – no fôlego dos novos integrantes, que, tenho certeza, assim como eu, contribuirão para perpetuar o sucesso vintenário de união e conquistas da nossa ADVOCEF.

“Gostaria de registrar votos de agradecimento na confiança depositada, ao passo que aproveito esta oportunidade para convidar todos os associados a colaborarem – seja com sugestões ou críticas – com esta gestão que se inicia, exaltando o espírito participativo que nada mais é que a mola motriz do verdadeiro fim da nossa Associação.”



2ª Secretaria
Magdiel Jeus Gomes Araújo

O advogado Magdiel Araújo, que ocupava o cargo de diretor jurídico na Diretoria que sai, assume a 2ª Secretaria. Com a mesma disposição, diz ele. “Feliz por poder continuar contribuindo com a nossa Associação, espero um dia poder deixar a ADVOCEF ainda mais forte.”

Magdiel revela que seu objetivo na CAIXA é ser reconhecido, com a categoria, pela participação no desenvolvimento das políticas públicas e sociais do país.

Diretoria de Honorários
Marcelo Quevedo do Amaral

O diretor Marcelo Quevedo, de Novo Hamburgo, assume pela segunda vez a pasta de Honorários da ADVOCEF. É formado em Ciências Jurídicas e Sociais na PUC/RS e em Ciências Econômicas na UFRGS. Pós-graduado em Direito Registral Imobiliário na PUC/MG, em Direito Processual Civil na Universidade de Santa Cruz do Sul e mestrando em Direito pela UNISINOS.

Exerceu, entre 1999 e 2003, várias funções de gestor em órgãos do Estado do Rio Grande do Sul e do município de Porto Alegre. É advogado da CAIXA desde 2005. (Leia o box “O grande desafio”).

1ª Tesouraria
Marta Bufaiçal Rosa

A advogada Marta Bufaiçal, de Brasília, assume a 1ª Tesouraria com a responsabilidade de aprimorar as conquistas da atual gestão, que, segundo ela, apontaram sempre para a valorização dos advogados da CAIXA. (Leia o box “Honra e compromisso”).

2ª Tesouraria
José de Anchieta Bandeira Moreira Filho

O diretor José de Anchieta Bandeira Moreira Filho é advogado da CAIXA há oito anos, lotado no Jurir Belém. Trabalha com o acervo de Feitos Relevantes, como substituto eventual da Coordenação de Recuperação de Créditos e Feitos Diversos. Já foi membro da Comissão de Honorários duas vezes e está concluindo o mandato de representante regional da ADVOCEF. Tem pós-graduação (especialização) em Direito Processual Civil.



Diretoria de Comunicação Social e Eventos
Henrique Chagas

O diretor Henrique Chagas, da Comunicação Social, se propõe a prosseguir com as atividades em curso, iniciativas de sucesso como a revista mensal, a Revista de Direito e a comunicação virtual. Afirma que a participação colegiada da Diretoria Executiva é imprescindível para o sucesso da gestão.

Aos 54 anos, Henrique trabalha na Rejur Presidente Prudente/SP, como coordenador jurídico, desde 2005. Tem pós-graduação em Direito Civil e Processual Civil e MBA em Direito Empresarial pela FGV.

Na CAIXA, atua também como instrutor estratégico e palestrante pela Universidade CAIXA. Participou da construção da Escola de Advocacia. Foi professor na Faculdade de Direito da Unoeste por vários anos. Escritor e divulgador, é o criador do portal Verdes Trigos, ferramenta de comunicação literária.

Integrante de várias gestões na Diretoria Executiva da ADVOCEF, também participou do Conselho Deliberativo em vários mandatos.



Diretoria Social**Roberta Mariana Barros de Aguiar Corrêa**

A advogada Roberta Mariana, do Jurir Rio de Janeiro, é graduada pela UFBa. Foi técnica bancária da CAIXA de 2001 a 2004. Retornou à empresa em 2005 como advogada, iniciando suas atividades no Jurir Manaus e depois nos Jurídicos Belo Horizonte e, atualmente, Rio de Janeiro, no núcleo Consultivo. Seu posicionamento:

“Assumo o desafio de participar diretamente da gestão da nossa Associação, na Diretoria Social. Essa pasta inserida na esfera institucional da ADVOCEF visa atuar junto às atividades sociais e benemerentes da associação, firmar convênios e fomentar atividades acadêmicas de interesse dos associados e colaborar com a Diretoria de Comunicação, Relacionamentos e Eventos nas atividades internas e externas.

“Pretendo trabalhar com empenho, ouvindo os colegas para implementar projetos e melhorias de interesse de todos.”

Diretoria Jurídica**Renato Luiz Harmi Hino**

O advogado Renato Hino, de Curitiba, saiu do Conselho Deliberativo, onde atuou nos últimos dez anos, para a Diretoria Jurídica da ADVOCEF, porque queria uma participação mais efetiva.

Formado em 1988 pela Faculdade de Direito de Curitiba, com especialização em Direito Processual Civil. Empregado da CAIXA há 30 anos, dos quais 22 como advogado. Instrutor Estratégico da Universidade CAIXA e da Escola de Advocacia. (Leia o box “Cinco propostas”).

Diretoria de Prerrogativas**Justiniano Dias da Silva Júnior**

O diretor Justiniano Júnior, do Jurir Recife, formado em Direito pela UFPE, em 1996, é pós-graduado pela ESMAPE e pós-graduando em Direito Previdenciário e Direito Sindical pela ESMATRA. É advogado da CAIXA desde 2003, diretor jurídico no Sindicato dos Bancários de Pernambuco e diretor de Esportes da APCEF/PE. (Leia o box “Defesa das prerrogativas”).

Conselho Fiscal

Titulares: Adonias Melo de Cordeiro (Fortaleza), Alfredo Ambrósio Neto (Goiânia) e Melissa Vassoler Silva (Porto Velho).

Suplentes: Rogério Rubim Magalhães (Belo Horizonte) e Edson Pereira da Silva (Brasília).

**Alfredo Neto****Diretoria de Articulação e Relacionamento Institucional**
Carlos Silva

Carlos Silva é formado em Direito, com especialização em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Tem pós-graduação lato sensu em Direito Processual Civil, MBA em Direito Econômico e das Empresas e pós-graduação em Gestão de Seguros e Previdência Privada.

Admitido na CAIXA em 1989, assumiu como advogado em 1992. Trabalha na DIJUR/GETEN. (Leia o box “Articular as relações”).

Diretoria Jurídica**Renato Luiz Harmi Hino**

O advogado Renato Hino, de Curitiba, saiu do Conselho Deliberativo, onde atuou nos últimos dez anos, para a Diretoria Jurídica da ADVOCEF, porque queria uma participação mais efetiva.

Formado em 1988 pela Faculdade de Direito de Curitiba, com especialização em Direito Processual Civil. Empregado da CAIXA há 30 anos, dos quais 22 como advogado. Instrutor Estratégico da Universidade CAIXA e da Escola de Advocacia. (Leia o box “Cinco propostas”).

Diretoria de Negociação Coletiva
Lucas Ventura Carvalho Dias

O diretor Lucas Ventura, de Recife, é advogado da CAIXA desde 2007, sempre na área trabalhista. Foi membro da Comissão de Honorários do Jurir por três anos. Colaborou com algumas ideias na formação da NES/2013.

Sua especialidade é o Direito do Trabalho, destacando-se o conhecimento dos normativos e da política de remuneração da CAIXA pela experiência adquirida na área contenciosa. Formado em Direito na UFPE em 2006. Tem especialização em Direito Público Geral. (Leia o box “O que há para fazer”).

Conselho Deliberativo

Titulares: Davi Duarte (Porto Alegre), Carlos Castro (Recife), Marcelo Dutra Victor (Belo Horizonte), Patrícia Guadanhim (Londrina), Antônio Primo (Recife), Fernando da Silva Abs da Cruz (Porto Alegre), Dione Lima da Silva (Porto Alegre).

Suplentes: Élide Franklin (Teresina), Anna Claudia de Vasconcelos (Florianópolis), Luiz Fernando Schmidt (Goiânia).

**Fernando Abs**

Para juntos fazemos melhor

Álvaro Weiler Júnior e Maria Rosa de Carvalho Leite Neta, presidente e vice-presidente

A chapa única na eleição da ADVOCEF surgiu com o objetivo de aprimorar os avanços obtidos nos últimos anos, além de tentar viabilizar outros pleitos ainda existentes.

Percebemos que nossa categoria está mais sossegada, depois da efetivação da NES 2013. E pensamos que devemos tentar resgatar o sentimento associativo de cada colega, incentivando lideranças e apoiando projetos que visem cada vez mais aperfeiçoar nossas atividades.

Compreendemos que o universo de atividades exercidas por cada colega, tanto a nível pessoal, quanto profissional, por aumentar a cada dia, inviabiliza a participação efetiva de muitos, mas precisamos permanecer unidos e interessados.

O crescimento do grupo trará consigo o crescimento de cada um de nós. E cada um melhorando a si mesmo melhorará o todo.

A lealdade, a independência, a firmeza de propósitos e a seriedade nos unem nesta caminhada pela melhoria das condições de trabalho e de nossas prerrogativas.

Queremos, portanto, a contribuição dos colegas, inclusive com sugestões, para juntos melhorarmos cada vez mais a nossa realidade.

Honra e compromisso

Marta Bufáical Rosa, 1ª tesoureira

Foi com muita honra que aceitei o convite do colega Álvaro para integrar a Diretoria Executiva, na função de Primeiro Tesoureiro. É com muita responsabilidade e compromisso que pretendo desempenhar as funções que me incumbe a nobre tarefa, qualidades que tenho procurado cultivar ao longo de todo o meu percurso profissional dentro da nossa empresa.

Permito-me mencionar que passei a atuar no Jurídico Regional de Brasília em 2004, após muitos anos de dedicação e trabalho na GEJU, desempenhando funções de Coordenadora e Gerente Nacional. Tenho para mim que nós da Diretoria temos um desafio grandioso pela frente, que é o de aprimorar as conquistas alcançadas pela atual gestão, às quais tiveram como desiderato a busca de melhores condições de trabalho para todos, reconhecimento e valorização dos advogados junto à nossa Empresa.

Vários foram os momentos de instabilidade, desânimo e lutas enfrentadas ao longo desses anos, desde a conquista do direito ao repasse dos honorários, precursores que fomos nessa vitória, até os vários planos de cargos e salários implementados. Vale aqui lembrar o lema que deve estar sempre presente em cada um de nós - Unidos somos bem mais fortes!

Por fim, menciono, ainda, que atualmente colaboro com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Distrito Federal, integrando uma de suas turmas julgadoras junto ao Tribunal de Ética e Disciplina OAB/DF.

Articular as relações

Carlos Silva, diretor de Articulação e Relacionamento Institucional

O Estatuto da ADVOCEF atribui à Diretoria de Articulação e Relacionamento Institucional a missão de articular o relacionamento com a Presidência e Diretorias da CEF, tribunais superiores, Conselho Federal da OAB e com os demais órgãos e instituições externos, especialmente o Congresso Nacional.

O objetivo do titular dessa pasta é buscar maximizar esse bom e profícuo relacionamento de modo a alcançar ressonância positiva para os anseios da categoria e o atingimento junto a todas essas autoridades da abertura de novos caminhos e amparo às suas pretensões, numa atitude colaborativa e sensata.

Ao avaliarmos o cenário jurídico e político nacionais, vislumbramos para a ADVOCEF um importante papel social, não só voltado ao atingimento das metas perseguidas pelos profissionais advogados da CAIXA, mas também em um contexto mais ampliado, que pode contribuir para a correção de injustiças no âmbito empresarial e também no seio da sociedade, eis que em sintonia com a nobre missão estabelecida na Carta Magna às mulheres e homens que ingressam na advocacia.

De modo que sua atuação deverá empenhar-se, ombreada com as demais Diretorias, e em harmonia com os caminhos divisados pelo seu presidente:

- Atuar em sinergia com as entidades sindicais – sindicatos, federações e confederações de bancários, no intuito de viabilizar o ingresso e assento dos profissionais advogados da CAIXA em diretorias, conselhos e demais fóruns onde seja possível fazer nossa voz e nossas ideias repercutirem.

- Buscar permanentemente conscientizar a categoria de advogados CAIXA quanto à importância de se envolverem nesse processo, a fim de darmos maior visibilidade institucional à Associação, e, ainda, tornar viável sua contribuição por meio da palavra ativa e ações integradas com entidades como as Seccionais da OAB, o Conselho Federal da OAB, bem assim outras associações que trabalham com escopo semelhante ao nosso.

- Empenhar-se, em conjunto com entidades que congreguem anseios semelhantes, na conquista de amparo legal para as pretensões vislumbradas, junto ao Congresso Nacional (Senado e Câmara), de forma a assegurar a promulgação de diplomas legais consentâneos com a dignidade e prerrogativas da categoria, bem assim das categorias afins, principalmente dos profissionais advogados que atuam na administração direta.

- Buscar estreitar laços com senadores e deputados federais, especialmente com as lideranças partidárias, com vistas ao encaminhamento, acompanhamento e aprovação de projetos de interesse da nossa categoria profissional, bem assim emprestar nosso apoio aos projetos que possam melhorar a vida do povo brasileiro.



Defesa das prerrogativas

Justiniano Dias da Silva Júnior, diretor de Prerrogativas

Infelizmente, é cada vez mais frequente o desrespeito aos advogados da CAIXA, no que tange ao exercício de suas funções. Temos notícias de colegas que, inclusive, já responderam a processos criminais tão somente porque autoridades do Judiciário e do Ministério Público não ficaram satisfeitas com suas atuações em defesa da CAIXA.

Além disso, muitos colegas têm sido aviltados em suas prerrogativas por magistrados(as) que querem nos sonegar o direito aos honorários, que é garantido por lei.

Há experiências internas que demonstram a necessidade da defesa das prerrogativas dos advogados da CAIXA, seja no trato com os colegas empregados, como também por outros advogados do quadro.

Não podemos prescindir do fato de que, muito embora empregados, a função do advogado é essencial à justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, conforme dispõe o art. 133 da Constituição Federal.

Por isso, importantíssimo é o papel da Diretoria de Prerrogativas na defesa dos advogados da CAIXA, tanto externa como internamente. Será mantido, permanentemente, um canal aberto de acesso dos associados ao diretor de Prerrogativas, para a formulação de denúncias de abusos aos nossos direitos profissionais. Da mesma forma, a ADVOCEF encabeçará e acompanhará de perto as medidas legais que sejam tomadas para repelir práticas que aviltem o exercício de nossas funções. A atuação conjunta com a OAB também será sempre buscada.

Sabemos que a nossa importância, tanto para a CAIXA como para a sociedade em geral, muitas vezes é negligenciada e, por isso, seremos combativos na defesa de nossas prerrogativas.



O que há para fazer

Lucas Ventura, diretor de Negociação Coletiva



A Diretoria de Negociação Coletiva teve atuação marcante nos últimos anos da Associação. Participou ativamente da elaboração e aprovação da NES/2013, estrutura salarial unificada de fato, dos advogados da CAIXA. Sem o empenho da Diretoria, este sonho que era uma estrutura salarial mais justa e estimulante não teria se realizado. Considero esta uma das maiores vitórias da história da ADVOCEF.

Me perguntei bastante: depois de tal conquista, o que resta?

Penso que há quatro pontos em especial que podem – e devem – ser objeto de negociação coletiva com a CAIXA.

O primeiro é a terceirização. É preciso que a empresa apresente à ADVOCEF, de forma transparente, os dados relativos à terceirização. É preciso haver um diálogo entre ADVOCEF e empresa para que sejam definidos parâmetros claros neste aspecto e se discuta até mesmo se a terceirização deve existir na CAIXA.

O segundo se refere aos honorários. É inaceitável que, ainda hoje, existam casos de honorários não pagos por falta de evento contábil para tanto. Devemos lutar para que haja prazo de resposta para criação de evento contábil, após o que, se a CAIXA não responder ou não criar o evento,

deverá ser utilizado algum outro, desde que os honorários sejam pagos.

Ainda, entendo que merece atenção especial a questão da substituição dos advogados nos períodos de férias. Na pesquisa de clima organizacional executada pela ADVOCEF, ficou claro que a quase totalidade dos advogados entende que as férias dos colegas impactam negativamente em suas atividades. É preciso criar uma regulamentação da questão, sobre quem deverá receber os prazos, tratá-los e finalizá-los, além de se estabelecer alguma compensação financeira pelo acúmulo de atribuições.

Por fim, creio que as condições de trabalho são ponto essencial a se debater com a empresa, pois é sabido que as diferenças estruturais entre os Jurídicos ainda são grandes.

Ainda há muitos outros assuntos que merecem nossa luta, como as licenças-prêmio para os admitidos pós 1998, mas creio que os pontos acima citados são os mais vitais no momento. Espero que a empresa continue se mostrando aberta ao diálogo para, com sinergia, encontrarmos as soluções das questões que afligem os advogados, sendo certo que a CAIXA tem tanto a ganhar quanto o seu quadro jurídico com essa postura.

Conto com a colaboração de todos os colegas, pedindo que mantenham contato com a diretoria, indicando quais questões merecem negociação coletiva com a empresa, sendo bem vindas todas as sugestões e contribuições.

Cinco propostas

Renato Luiz Harmi Hino, diretor jurídico

Na condição de membro do Conselho Deliberativo tive a oportunidade de acompanhar e participar dos trabalhos da nossa ADVOCEF nos últimos dez anos, apoiando as iniciativas que entendi corretas e manifestando-me contrário àquelas com as quais não concordei.

Porém, há algum tempo, vinha sentindo que a condição de membro do Conselho Deliberativo não permite uma atuação mais efetiva, já que as atribuições estatutárias desse órgão são limitadas.

Com o convite do colega Álvaro para integrar a chapa como diretor jurídico, surgiu a oportunidade de pôr em prática algumas medidas que sempre defendi, além de poder participar das decisões e ações da Diretoria, zelando pela sua legalidade e os interesses da nossa categoria.

Os mais de vinte e um anos como advogado da CAIXA, divididos entre as áreas contenciosa e consultiva, irão dar-me o suporte necessário para o desempenho desse cargo que a categoria nos legitimou com a eleição para essa honrosa missão.

As principais ações que compõem o planejamento para a Diretoria Jurídica, considerando as competências definidas no Estatuto da ADVOCEF, estão assim apresentadas:

I) Competência estatutária: acompanhamento da defesa da ADVOCEF em juízo e fora dele, fiscalizando o acervo e mantendo constantemente informada a Diretoria e associados sobre seu andamento;

Proposta: Faremos o levantamento das ações em que a ADVOCEF é parte, com sua fase atual, bem como a análise de eventuais medidas para agilizar seu andamento, se cabíveis. Como são várias as ações, priorizaremos aquelas de maior interesse para a categoria. Conforme forem concluídos esses levantamentos, apresentaremos relatório à Diretoria e disponibilizaremos aos associados informações atualizadas por meio do site da ADVOCEF.

II) Competência estatutária: participação em audiências institucionais em processos de interesses da categoria;

Proposta: A partir do levantamento das ações em que a ADVOCEF é parte, buscaremos audiência institucional com o juízo do processo e/ou com a parte adversa, nos casos em que essa providência se apresentar conveniente e oportuna.

III) Competência estatutária: acompanhamento de ações de interesse dos associados;

Proposta: Decidindo a Diretoria, após oitiva do Conselho Deliberativo, pelo acompanhamento de ações de interesse de associados, faremos esse acompanhamento, mantendo a Diretoria e os associados informados de seu trâmite, bem como propondo, quando cabíveis, eventuais providências para seu deslinde.

IV) Competência estatutária: apresentação de proposição à Diretoria quanto ao ajuizamento de ações por parte da ADVOCEF, ao custeio de despesas com o ajuizamento e ao acompanhamento de ações individuais movidas pelos associados, ouvido o Conselho Deliberativo;

Proposta: A adoção de medidas judiciais não será a primeira opção; porém, esgotadas as possibilidades de composição extrajudicial, não nos furtaremos de propor à Diretoria o ajuizamento pela ADVOCEF de ações necessárias à defesa dos interesses da categoria, sempre com a oitiva do Conselho Deliberativo.

Quanto às ações individuais ou coletivas de interesse de apenas parte dos associados, havendo pedido de associado e fundamento para que elas sejam acompanhadas e suas despesas custeadas pela ADVOCEF, apresentaremos proposta nesse sentido à Diretoria, também com a oitiva do Conselho Deliberativo, com a diferença de que, na hipótese de haver resultado favorável com ganhos financeiros para a parte assistida, deverão ser ressarcidas as despesas custeadas pela ADVOCEF, o que evitará que todos os associados arquem com custos de ação que reverteu em benefício direto de alguns.

V) Competência estatutária: atividades correlatas.

Proposta: Zelaremos pela legalidade dos atos jurídicos da Diretoria e dos demais órgãos da ADVOCEF, manifestando-nos e propondo providências quando observados riscos jurídicos em suas ações.



O grande desafio

Marcelo Quevedo do Amaral, diretor de Honorários



Interessante observar que, pelo menos do meu ponto de vista, conseguimos cumprir praticamente todas as metas previstas pelas gestões anteriores. Portanto, obtivemos êxito no planejamento das ações envolvendo a Diretoria de Honorários.

No momento, vivemos o grande desafio de aumentar a arrecadação em um cenário de acelerada mudança qualitativa da nossa carteira, com o esgotamento dos créditos habitacionais hipotecários para uma carteira majoritariamente de operações comerciais.

Assim, proponho como principais medidas:

1) Atualização da Cartilha de Honorários, buscando o envolvimento dos novos colegas com as rotinas e boas práticas de arrecadação;

2) Concluir as ações em andamento para aprimoramento das rotinas de conciliação e arrecadação de honorários;

3) Manter um canal de relação permanente com as comissões de honorários, dando ênfase aos Jurídicos de baixa arrecadação. Nesse tema, a principal ação é auxiliar na elaboração de um diagnóstico local e na adoção de medidas específicas capazes de incrementar a arrecadação.

4) Incentivar a adoção, padronização e divulgação de boas práticas, mantendo anualmente os Encontros de Recuperação de Crédito.

5) Defender a recuperação de crédito como meta prioritária para verificação de desempenho das unidades jurídicas.

Aprovadas as contas da ADVOCEF

Conselho Fiscal examinou documentos do segundo semestre de 2013

O Conselho Fiscal aprovou integralmente as contas e movimentações financeiras da ADVOCEF relativas ao segundo semestre de 2013. O parecer foi oficializado em reunião realizada na sede da Associação em Brasília, nos dias 20 e 21 de março de 2014.

O Conselho, composto pelos advogados Edson Pereira da Silva (presidente), Adonias Melo de Cordeiro e Jayme de Azevedo Lima, concluiu sua gestão no congresso de Recife, em 22 de maio.

Em carta dirigida aos colegas associados, o Conselho agradece pela oportunidade de colaborar com a categoria, se coloca à disposição dos novos conselheiros eleitos e informa quais foram as principais medidas tomadas na gestão.

Análises semestrais e reuniões na sede qualificaram o trabalho

Veja o documento na íntegra.

Prezados colegas

1. Nos dias 20 e 21 de março de 2014 o Conselho Fiscal compareceu na sede da ADVOCEF em Brasília/DF, com a finalidade de examinar as contas da Associação relativas ao segundo semestre de 2013.

2. A exemplo das contas e demais movimentações financeiras do ano de 2012 e do primeiro semestre do ano passado, já examinadas anteriormente, mais uma vez houve a aprovação integral das contas da Associação.

3. Aproveitando o ensejo, o Presidente do Conselho Fiscal, Dr.



Reunião do Conselho Fiscal: Jayme de Azevedo Lima, Edson Pereira da Silva e Adonias Melo de Cordeiro

Edson Pereira da Silva, agradece a oportunidade de novamente ter colaborado com a ADVOCEF, agora no biênio 2012/2013, considerando que há 20 anos, no segundo biênio de existência da Associação (1994/1996), colaborou na condição de 2º Tesoureiro.

4. Por conseguinte, ao tempo em que parabeniza e se coloca à disposição da nova Diretoria e dos novos Conselhos eleitos para o biênio 2014/2015, o presidente do Conselho Fiscal, que estará passando o "bastão" no próximo Congresso, enumera as principais novas medidas que foram sugeridas e adotadas durante a sua gestão:

4.1) As contas da Associação passaram a ser examinadas em dois momentos distintos, no segundo e primeiro semestres, com destaque dos Conselheiros Fiscais e trabalho exclusivo na sede da ADVOCEF. Essa medida certamente propiciou um exame mais acurado e dedicado das contas, considerando que nas gestões anteriores os trabalhos eram realizados concomitantemente com a realização dos Congressos.

4.2) Foi sugerido e contratado um Perito Contábil residente em Brasília/DF, sede da Associação, para

substituir o Perito que até então trabalhava para a ADVOCEF e que reside em Maceió/AL. A medida propiciou maior celeridade dos trabalhos e a minimização dos gastos e riscos com o transporte da documentação contábil e financeira que era encaminhada para aquela cidade.

4.3) A emissão do Parecer Fiscal, semestral e anual, passou a ser efetivada somente após a emissão do Parecer Técnico pelo Perito Contábil. Anteriormente o Conselho Fiscal emitia seus Pare-

ceres com ressalvas de se aguardar a manifestação/validação pelo Parecer do Perito Contábil.

4.4) Considerando a sua expressividade, as contas com o lançamento da Revista de Direito da ADVOCEF, realizado anualmente em Brasília, passaram a ser segregadas das despesas rotineiras e de Congressos, inclusive destacadas das receitas de patrocínios e somente foram analisadas após Parecer específico do Perito Contábil.

4.5) O Conselho Fiscal passou a realizar um estudo financeiro, total e por pessoa, dos Congressos realizados nos últimos anos, como forma de avaliar e comparar com os custos dos Congressos de outras entidades.

4.6) Eventuais inadequações contábeis constatadas pelo Conselho Fiscal foram indicadas e corrigidas pela Associação e/ou pelo Contador.

4.7) Recomendado que a ADVOCEF solicitasse ao Contador maior acuidade no trato das rubricas contábeis, como forma de evitar novas ocorrências de inadequações contábeis.

Edson Pereira da Silva
Presidente do Conselho Fiscal

A CAIXA funciona, diz Gerdau

O empresário põe a empresa entre as bem-administradas do país

A Caixa Econômica Federal está entre as instituições que melhor funcionam no Brasil, pois tem estrutura de carreira e não sofre ingerência de políticos. A opinião, de considerável peso no meio econômico e político do país, é do presidente do Grupo Gerdau, o gaúcho Jorge Gerdau Johannpeter, em entrevista em 4 de maio à jornalista Maria Isabel Hammes, do jornal Zero Hora.

Líder de um império siderúrgico que reúne 45 mil trabalhadores e fatura R\$ 40 bilhões, Gerdau é colaborador de governos, não importa quem seja o presidente. Sua missão: "Eu só cuido do Brasil S/A".

Com muitas ideias aos 77 anos, Gerdau, no entanto, não pensa em entrar na política, considerada "processo doloroso" que atrapalha a gestão. "Quando se troca um ministro em um país civilizado, ele põe quatro, cinco pessoas. Aqui, o governo fede-



Jorge Gerdau: "Eu só cuido do Brasil S/A"

ral nomeia 22 mil ou 23 mil. Que pessoas são essas, são profissionais de administração?"

A repórter sugere: seriam amigos? Gerdau:

"Com o país em pleno emprego, não precisa ser amigo de ninguém. Existem funções de Estado, de políticas de governo e administração. Tudo que funciona bem em administração no Brasil é o que não tem ingerência política na administração. Que órgãos funcionam melhor? São os que têm estrutura de carreira na administração e não ingerência de políticos com interesses para empregar amigos ou coisas que é melhor nem falar."

Esses órgãos, esclarece, são especificamente a CAIXA, Itamaraty, BNDES, Banco do Brasil e o Exército.

O caso Petrobras

O empresário diz que não se arrepende de sua participação no Conselho de Administração da Petrobras, que autorizou a compra da refinaria de Pasadena.

"Já me posicionei em público, por escrito, logo no início do debate. Não tenho muito a acrescentar, mas, na realidade, o processo tem uma soma de pequenos incidentes que tornam a análise complexa. A decisão, naquele período, foi válida."

Zero Hora: "O senhor e os demais conselheiros não sabiam das cláusulas que obrigavam a compra do restante da refinaria americana, que acabaram provocando prejuízo à Petrobras?"

Gerdau: "Não, o conceito era do atendimento da demanda do excesso de petróleo, tinha o álcool suprimido, não havia falta de refinarias, o Brasil tinha perspectiva de

crescimento em petróleo e precisava exportar. O Brasil tem petróleo pesado, refinando, tem preços finais melhores. Então, tinha a sua lógica, está certo? Agora, se você entra hoje nos detalhes, a decisão foi tomada dentro de uma sistemática normal na Petrobras e que deu margens a falhas na avaliação."

"Órgãos que funcionam melhor são os que têm estrutura de carreira na administração e não ingerência de políticos."

Zero Hora: "Os senhores não receberam as informações que deviam ter chegado da equipe técnica antes de darem o aval ao negócio?"

Gerdau: "É aquele ponto que a presidenta colocou. Tem duas cláusulas que, isoladamente, são clássicas, mas que, de forma conjugada e em decorrência do tipo de negócio, levavam a risco do negócio."



Edifício-sede da CAIXA em Brasília



Medalha a Jorge Hereda

O presidente da CAIXA, Jorge Hereda, recebeu o Diploma e a Medalha Sônia Lúcia dos Santos Lopes, instituídos pela ADVOCEF para comemorar os seus 20 anos de fundação. Participaram da homenagem em Brasília, em 8 de maio, o presidente da Associação, Carlos Castro, o vice-presidente, Álvaro Weiler, o diretor de Articulação e Relacionamento Institucional, Júlio Greve, e o vice-presidente da CAIXA Paulo Roberto dos Santos.



Entrega de condecoração ao presidente Jorge Hereda: Paulo Roberto dos Santos, Álvaro Weiler, Júlio Greve e Carlos Castro

Posse na FENAE

O presidente da ADVOCEF, Carlos Castro, compareceu à posse de Jair Pedro Ferreira na FENAE, ocorrida em Brasília, em 29 de abril. O evento marcou também a despedida do ex-presidente Pedro Eugênio Leite. "Fui levar o abraço dos advogados da CAIXA ao companheiro Pedro Eugênio pelo excelente trabalho que desempenhou à frente da nossa FENAE e desejar ao companheiro Jair Pedro o mesmo sucesso na nova gestão que se inicia sob o seu comando", afirmou Carlos Castro.



Paulo Roberto Santos (advogado, vice-presidente de Operações Corporativas da CAIXA), Jair Pedro e Carlos Castro

Sede inaugurada

Associados, diretores, amigos e parceiros prestigiaram a inauguração da sede da ADVOCEF em Brasília, no dia 4 de abril. Constituída das salas 510 e 511 do Edifício João Carlos Saad, na Asa Sul em Brasília, as acomodações oferecem mais espaço e conforto para a execução das atividades de rotina e atendimento aos advogados da CAIXA. "A aquisição foi com certeza um grande feito desta gestão", comentou a diretora de Prerrogativas, Maria Rosa de Carvalho Leite Neta. "Servirá de grande meio à disposição de todos para debates e reuniões."



Dirigentes da ADVOCEF e a secretária da CONTEC Rumiko Tanaka (à direita) cortam a fita inaugural da nova sede

Arrecadar + 2014

Os Jurídicos Manaus e Porto Alegre foram os grandes vencedores da Campanha Arrecadar + 2014. Os prêmios serão entregues em 24 de maio, durante o XX Congresso da ADVOCEF, em Recife. De acordo com o regulamento, para a premiação foram considerados os honorários arrecadados pelos Jurídicos Regionais nos meses de dezembro de 2013 a março de 2014. Como prêmios, serão distribuídos televisores e tablets.

Convite aceito

O presidente da ADVOCEF, Carlos Castro, o vice-presidente Álvaro Weiler e a diretora de Prerrogativas Maria Rosa Leite Neta (presidente e vice-presidente eleitos) estiveram em visita institucional ao ministro do STJ Antonio Carlos Ferreira, em 7 de maio. O ex-diretor jurídico da CAIXA confirmou sua presença no XX Congresso da ADVOCEF, em Recife, em 22 de maio.



No STJ: Antonio Carlos, Maria Rosa, Carlos Castro e Álvaro Weiler

CPC no Senado

Indicados os senadores que vão analisar o projeto do novo Código de Processo Civil, aprovado na Câmara Federal em 26 de março: Eduardo Braga (AM), Eunício Oliveira (CE), Romero Jucá (RR) e Vital do Rêgo (PB), todos do PMDB; Jorge Viana (AC) e José Pimentel (CE), ambos do PT; Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP); Antonio Carlos Valadares, do PSB/SE; Cidinho Santos (PR/MT), Eduardo Amorim (PSC/SE) e Wilder Moraes (DEM/GO). A comissão, anunciada em 30 de abril, deve apresentar seu parecer em um mês.

Pecado da língua

"A pena pode ser revertida em serviços comunitários."

"Pobres verbos *reverter*, *inverter* e *converter*! Têm seu sentido frequentemente invertido, revertido ou convertido. *Reverter* é *retroceder*, *voltar*; *inverter* significa *opor*, *alterar* ou *mudar para o sentido oposto*; *converter* tem o sentido de *transformar*; *mudar-se de partido*, *religião*, etc. Assim, a pena da frase não pode ser revertida, mas convertida, ou seja, transformada. Os substantivos *reversão*, *inversão* e *conversão* acompanham o sentido dos verbos."



(Paulo Flávio Ledur e Paulo Sampaio (Sampaulo), em "Os Pecados da Língua: Pequeno Repertório de Grandes Erros de Linguagem", Editora AGE.)

Mesa permanente

O presidente da ADVOCEF, Carlos Castro, e o diretor de Negociação Coletiva, Marcelo Victor, participaram em 6 de maio da reunião da mesa permanente de negociação da CAIXA, no hotel San Marco, em Brasília. No encontro, que tratou principalmente de pendências relativas às agências, a CAIXA informou que pretende contratar mais em 2014. O quadro hoje tem 99.699 empregados, sendo que 7.978 foram contratados em 2013. A meta da CAIXA é chegar a 112.800 contratados.



ADVOCEF e CONTEC na reunião com a CAIXA em Brasília

Março e abril

Depois dos 50 anos do 1964 brasileiro, em março de 2014, chegou a vez, em abril, de comemorar os 40 anos da Revolução dos Cravos, que libertou os portugueses da ditadura salazarista em 1974. No ano seguinte, em pleno regime militar, Chico Buarque cantou as duas ditaduras ao mesmo tempo, criticando uma e homenageando a outra na canção "Tanto mar": "Sei que estás em festa, pá/ Fico contente/ E enquanto estou ausente/ Guarda um cravo para mim." (...) "Sei que há léguas a nos separar/ Tanto mar, tanto mar/ Sei também que é preciso, pá/ Navegar, navegar"



Foto: Arquivo Fundação Mário Soares

Militares e civis, juntos, na Revolução dos Cravos, em Portugal

Março e abril 2

Gravada, a canção foi logo proibida. Quando pôde regravá-la, em 1978, a Revolução dos Cravos havia acabado e Chico atualizou a letra: "Foi bonita a festa, pá/ Fiquei contente/ E inda guardo, renitente/ Um velho cravo para mim./ Já murcharam tua festa, pá/ Mas, certamente/ Esqueceram uma semente/ Nalgum canto de jardim".

O Caderno do Quintana

Em 5 de maio fez 20 anos que o poeta Mario Quintana morreu, aos 87 anos. Pretexto para lembrar algumas frases suas, tiradas do "Caderno H":
"A morte é a libertação total: a morte é quando a gente pode, afinal, estar deitado de sapatos..."
"Há duas espécies de livros: uns que os leitores esgotam, outros que esgotam os leitores."



Mario Quintana

"Não sou desses que um dia pensam uma coisa e no outro dia pensam outra coisa muito diferente. Eu penso as duas coisas ao mesmo tempo."

O Caderno do Quintana 2

Mais do "Caderno H":

"As coisas que não conseguem ser olvidadas continuam acontecendo."

"As damas gordas não devem usar vestidos estampados, para não se repetir o que aconteceu certa vez, quando um senhor sentou no colo de uma delas, pensando que fosse uma poltrona."

"Um dia, Madame de Sevigné sentenciou: 'O café passará, como Racine'. Ah, que

poder de síntese, minha cara madame! Como foi que a senhora conseguiu dizer duas barbaridades numa única frase?"



Copa pessimista

O magistrado Jorge Luiz Souto Maior, professor da USP e membro da Associação Juízes para a Democracia, destacou 11 argumentos (“do goleiro ao ponta-esquerda”) para expor os prejuízos da Copa do Mundo ao Brasil. Neles, inclui os empregados mortos nas obras, os estádios que ficarão sem público depois do torneio e as concessões do governo para que a FIFA garanta seus lucros, “que ferem a Constituição Federal e que, por consequência, estabelecem um autêntico Estado de exceção”.

Copa de Drummond

Seja como for, há a poesia de Carlos Drummond de Andrade, citada por Souto Maior: “Foi-se a Copa? Não faz mal./ Adeus chutes e sistemas./ A gente pode, afinal,/ cuidar de nossos problemas./



Carlos Drummond de Andrade

Faltou inflação de pontos?/ Perdura a inflação de fato./ Deixaremos de ser tontos/ se chutarmos no alvo exato./ O povo, noutro torneio,/ havendo tenacidade,/ ganhará, rijo, e de cheio,/ A Copa da Liberdade.”

Copa otimista

Já o ministro do Turismo, Vinicius Lages, aposta no sucesso do evento e cita a bem-sucedida Copa das Confederações de 2013, quando 272 mil turistas gastaram R\$ 450 milhões, nas seis cidades-sede e mais 137 municípios. Lembra que, segundo a Fipe/USP, o evento movimentou R\$ 20,7 bilhões, agregou R\$ 9,7 bilhões ao PIB brasileiro e gerou 303 mil empregos. E que, de acordo com o Sebrae, R\$ 100 milhões foram gerados em novos negócios para as micro e pequenas empresas, e R\$ 2,7 milhões em vendas de artesanato para turistas.

Copa otimista 2

Mais argumentos do ministro: “Todos os anos, nossas cidades recebem público equivalente ao esperado para o Mundial no réveillon do Rio de Janeiro (2 milhões de pessoas); no Círio de Nazaré, em Belém do Pará (2 milhões); no carnaval da Bahia (690 mil); no Festival de Parintins, no Amazonas (100 mil); no GP Brasil de Fórmula 1 em São Paulo (100 mil), o que nos permite afirmar que temos condições de realizar a Copa das Copas”. (Fonte: Blog do Planalto.)

Palpite de Suassuna

Um jornalista perguntou ao escritor Ariano Suassuna, personagem da história dos congressos da ADVOCEF, se ele acredita que há chance de Eduardo Campos ser eleito presidente. Admirador do candidato, mas também de Dilma e Lula, Ariano respondeu: “Isso eu não sei, não. Vou fazer como Capiba [compositor pernambucano]. Ele era torcedor fanático do Santa Cruz, e ia haver um jogo muito importante do Santa Cruz no domingo. Um jornalista telefonou a ele pedindo opinião sobre o jogo. Ele deu várias opiniões, até que o jornalista perguntou: ‘E qual vai ser o placar?’. Aí ele disse: ‘Me telefone segunda-feira’. Me telefone no dia seguinte à eleição que eu digo.” (Fonte: Fabio Victor, da Folha de S. Paulo.)



Foto: Correio Braziliense

Ariano Suassuna

Caymmi aos 100

O baiano Dorival Caymmi foi para o Rio de Janeiro, nos anos 1930, com planos de ser advogado, mas era um pretexto para se especializar na arte de compor e cantar. Vide seus clássicos “O que é que a Baiana Tem?”, “É Doce Morrer no Mar”, “Marina”, “Saudade da Bahia”, “Maracangalha” e “Modinha Para Gabriela”, entre outros. Caetano Veloso comentou



Dorival Caymmi

esse repertório: “Escrevi 400 canções e Dorival Caymmi 70. Mas ele tem 70 canções perfeitas e eu não”. Caymmi, que morreu em 1968, faria 100 anos em 30 de abril.

Olhos e dedos

Durante a encenação da ópera Carmen, de Bizet, no Theatro Municipal do Rio, um expectador “saca seu iPad e passa um tempão checando os e-mails, dedinhos nervosos para cima e para baixo, com a tela iluminando a penumbra indispensável para a fruição plena do espetáculo”. O gesto já é frequente, lamentou o colunista de Carta Maior, Jacques Gruman. “Todos os torpedos, e-mails e chamadas no celular viraram prioridade.” Segundo ele, já há gente que participa de reuniões e conversa e olha o computador ao mesmo tempo, “como aqueles lagartos esquisitos cujos olhos se movimentam sem aparente coordenação”.

Meta não cumprida

A Meta 1, segundo a qual o Judiciário deveria julgar, em 2013, mais processos que os apresentados no ano, não foi atingida. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, os juízes decidiram sobre 17,8 milhões de ações, mas no período chegaram ao Judiciário 19,4 milhões de novos processos.

O quarto poder

Foi lançada, em 22 de abril, a primeira edição do Anuário da Advocacia Pública do Brasil, produzida pela revista eletrônica Consultor Jurídico, com patrocínio da CAIXA e outras instituições estatais. Segundo os editores, o volume mostra a estrutura e o trabalho da advocacia pública no Brasil, que conta com mais de 20 mil profissionais do Direito, responsáveis pelo assessoramento jurídico e a representação judicial da União, dos Estados e dos municípios.



O quarto poder 2

A importância desses profissionais é assim descrita em matéria da Conjur: “Os advogados públicos têm um papel fundamental em zelar pela legalidade dos atos da administração pública que vão desde a licitação para aquisição de uma caixa de clipes de uma pequena prefeitura até a celebração de contratos envolvendo as grandes obras do PAC ou da Copa do Mundo”.

O quarto poder 3

Em discurso no lançamento da obra, o diretor da revista, Márcio Chaer, chamou a atenção para a importância que os advogados públicos atingiram na vida do país. “Em nosso editorial, nós os chamamos de agentes do desenvolvimento e viabilizadores das políticas públicas. A capa da publicação não diz menos: ‘O Novo Quarto Poder’. Dizem que isso vai provocar ciúmes por aí, mas eu não sei.”

Conciliação

Mutirão no Amazonas

Jurídico Manaus divulga seus números da campanha de acordos

O V Mutirão de Conciliação Extrajudicial da CAIXA no Amazonas, realizado nas dependências do Jurir Manaus nos dias 25 e 26 de março de 2014, apresentou como resultado, no crédito habitacional, uma reversão de inadimplência no valor de R\$ 2.964.821,97. A importância arrecadada foi de R\$ 724.090,76. Dos 139 mutuários convidados, 57 (41%) compareceram, e 41 clientes fecharam acordos, significando um índice de 71,92%.

O trabalho foi realizado em parceria com a GIREC/MN e teve o apoio da Superintendência Regional do Amazonas, tendo como foco expedientes da Recuperação de Créditos Pré-Processuais (comerciais e habitacionais) e Judicializados.

Veja a seguir as tabelas de desempenho sintético e analítico, elaboradas pelo Jurídico de Manaus.



Desempenho sintético

	TOTAL	
Clientes convidados	726	%
Comparecimento	152	21
Acordos	85	56
Valor negociado	R\$ 1.931.373,41	
Valor da dívida	R\$ 6.462.945,34	

Desempenho analítico expedientes pré-processuais

Contratos comerciais	TOTAL	
Clientes convidados	249	%
Comparecimento	73	29
Acordos	27	37
Valor negociado	R\$ 713.908,23	
Valor da dívida	R\$ 1.262.027,95	

Contratos habitacionais	TOTAL	
Clientes convidados	139	%
Comparecimento	57	41
Acordos	41	72
Valor negociado	R\$ 724.090,76	
Valor da dívida	R\$ 2.964.821,97	



Jurisprudência

“PROCESSO CIVIL. DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. PRAZO RECURSAL INTERROMPIDO PELA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Salvo melhor juízo, todas as decisões judiciais podem ser objeto de embargos de declaração, mas a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sem explicitar a respectiva motivação, tem se orientado no sentido de que os embargos de declaração opostos contra a decisão que, no tribunal a quo, nega seguimento a recurso especial não interrompem o prazo para a interposição do agravo previsto no art. 544 do Código de Processo Civil. Excepcionalmente, atribui-se esse efeito interruptivo quando, como evidenciado na espécie, a decisão é tão genérica que sequer permite a interposição do agravo. Embargos de divergência conhecidos e providos.” (STJ, EAREsp 275.615 SP, Corte Especial, Rel. Min. Ari Pargendler, DJe 24/mar/2014.)

“RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. PROCEDIMENTO QUE SE AMOLDA AO DIREITO MATERIAL, PROPICIANDO, EM VIRTUDE DE ALGUM OBSTÁCULO, A LIBERAÇÃO DO DEVEDOR DA OBRIGAÇÃO. DEPÓSITO DA QUANTIA OU COISA DEVIDA. PRESSUPOSTO PROCESSUAL OBJETIVO. REQUERIMENTO DO DEPÓSITO APENAS DAS PRESTAÇÕES QUE FOREM VENCENDO NO DECORRER DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO, SEM RECOLHIMENTO DO MONTANTE INCONTROVERSO E VENCIDO. DESCABIMENTO. 1. O procedimento da consignação em pagamento existe para atender as peculiaridades do direito material, cabendo às regras processuais regulamentar tão somente o procedimento para reconhecimento judicial da eficácia liberatória do pagamento especial. 2. Na consignação em pagamento, o depósito tem força de pagamento, e a ação tem por finalidade ver atendido o direito material do devedor de liberar-se da obrigação e de obter quitação, por isso o provimento jurisdicional terá caráter eminentemente declaratório de que o depósito oferecido liberou o autor da obrigação, relativa à relação jurídica material. (Resp 886.757/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/02/2007, DJ 26/03/2007, p. 214.) 3. Ainda, para que a consignação tenha força de pagamento, conforme disposto no art. 336 do Código Civil, é mister concorrerem, em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento. Destarte, a consignação em pagamento só é cabível pelo depósito da coisa ou quantia devida, não sendo possível ao recorrente pretender fazê-lo por montante ou objeto diverso daquele a que se obrigou, pois o credor (réu) não pode ser compelido a receber prestação diversa ou, em se tratando de obrigação que tenha por objeto prestação divisível, a receber por partes, se assim não se ajustou (arts. 313 e 314 do CC). 4. Recurso especial não provido.” (STJ, REsp 1.170.188 DF, Quarta Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 25/mar/2014.)

“EMBARGOS INFRINGENTES. CONCURSO PÚBLICO. EMPREGO DE TÉCNICO BANCÁRIO. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. CANDIDATA APROVADA EM CONCURSO DE 2004. NOVO CONCURSO ABERTO EM 2008, DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO ANTERIOR, PARA A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA. 1. A só abertura de novo concurso, dentro do

prazo de validade de outro, no qual remanesceram candidatos aprovados, não substantia preterição nem ofensa de direito a contratação, existente apenas em expectativa, tanto mais que, no caso em exame, o novo certame não se destinou ao preenchimento de vagas existentes, mas à só formação de cadastro de reserva, expressamente assegurando prioridade na convocação, para as vagas que viessem a surgir durante o prazo de validade do certame anterior, dos candidatos nele aprovados. 2. Nada indica, e sequer o mencionou a autora, que no prazo de validade do concurso em que foi aprovada surgiram vagas além das setenta e quatro preenchidas, nem muito menos há indicação de que fora ela preterida com a admissão de concursado pior classificado ou aprovado no certame voltado para a formação do cadastro de reserva. 3. Inexistência de direito à contratação postulada por meio da demanda. 4. Embargos infringentes acolhidos.” (TRF 1, El 0001622-81.2008.4.01.4200, Terceira Seção, Rel. Des. Carlos Moreira Alves, DJe 09/abr/2014.)

“ADMINISTRATIVO, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE A CONDUTA DA CAIXA E O ALEGADO DANO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO PELA CEF, AO EXECUTAR A DÍVIDA E ENCAMINHAR O NOME DOS DEVEDORES PARA OS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. 1. À época dos fatos existiram contingenciamentos nos repasses da CEF às construtoras, que com ela firmaram contrato de financiamento de obras. 2. Comprovação de que a empresa não preenchia todos os requisitos necessários à época das liberações, em que houve atraso no pagamento. 3. Afastado o nexo causal entre a conduta da CEF e o prejuízo que os Autores alegam ter sofrido, já que os pagamentos, por não observância da construtora às exigências contratuais, não poderiam ser liberados. Fatos evidenciados nas conclusões do perito judicial. 4. Provado que o desligamento das unidades não foi feito em razão de descumprimento de exigências contratuais por parte da empresa. O empréstimo concedido pela CEF à Construtora e à Imobiliária Vetor, em 29/11/91, no qual os Autores figuram como fiadores, deveria ser quitado através dos desligamentos (comercialização) das unidades por financiamento a ser concedido aos adquirentes finais, ou mediante pagamento em moeda corrente, a ser efetuado diretamente. 5. A Construtora não apresentou toda a documentação necessária, de acordo com a regulamentação do PEP, a qual foi exigida reiteradas vezes pela CEF, notadamente a apresentação de CND e averbação da construção. 6. Apesar da entrega do habite-se, ainda havia pendências relativas ao aspecto físico da obra, as quais geravam necessidade de manutenção, consoante relatado no OF DIHAP/CE 043/95, de 12/ABR/95, enviado pela CEF à construtora. 7. A “Planilha de Venda/Construção Vertical” indica apenas o preço de compra e venda dos imóveis, na relação da construtora com os promitentes compradores, não estando a CEF vinculada a tais valores quando da possível concessão dos financiamentos, o qual está sujeito, dentre outras exigências, à avaliação de mercado dos imóveis à época de sua concessão. 8. A Construtora e Imobiliária Vetor ingressaram em Juízo com Execução de Obrigação de Fazer (Processo nº 0000577-88.1996.4.05.8100)

pleiteando a condenação da CEF, para conceder financiamento aos adquirentes finais do empreendimento “Residencial Bariloche” nas condições que apontava, inclusive quanto ao valor dos imóveis, tendo sido reconhecida a inexistência de tal obrigação na decisão proferida nos autos dos Embargos à Execução nº 0009814-49.1996.4.05.8100. 9. Considerando-se a complexidade da causa, cujo valor é de R\$ 1.409.100.000,00

(hum bilhão, quatrocentos e nove milhões e cem mil reais), afigura-se pertinente a majoração da verba honorária para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), per capita, totalizando R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). 10. Apelação dos Autores improvida. Apelação da CEF provida.” (TRF 5, AC 0002310-21.1998.4.05.8100, Terceira Turma, Rel. Des. Geraldo Apoliano, DJe 23/abr/2014.)



Rápidas

Falência. Prosseguimento contra codevedores. TJ SP

“A falência da devedora principal não impede, per se, prossiga a execução em face daqueles que *solidariamente* garantem as obrigações inscritas no título – Inteligência dos arts. 6º, caput, da Lei nº 11.101/05 e 275 do CPC Precedente da Corte.” (TJ SP, AI 0310870-51.2011.8.26.0000, 24ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Ferreira da Cruz, julg. 27/mar/2014).

FGTS. Danos morais. FGTS. Indisponibilização temporária. Ausência de comprovação do dano. TRF 4

“Ainda que a Caixa tenha temporariamente indisponibilizado o saldo de conta vinculada ao FGTS do autor, não restou comprovado, no caso concreto, o dano alegado como fundamento do abalo moral, de modo que inexistiu o dever de indenizar. (TRF 4, AC 5001595-72.2012.404.7115, Terceira Turma, Rel. Des. Marga Inge Barth Tessler, DJe 03/abr/2014.)

CCB. Bloqueio da margem consignável para adimplemento da obrigação. Possibilidade. TRF 5

“1. A regra prevista no art. 649, IV, do CPC, não incide sobre a hipótese de execução de Cédula de Crédito Bancário (CCB) - Consignação CAIXA, visto que a própria agravada anuiu, quando da celebração da avença (Cláusula Quarta), em dispor da margem consignável para fins de cumprimento de obrigação. 2. O requerimento da ora agravante, nestes casos, não constitui penhora em execução por quantia certa, mas sim de execução da própria cláusula contratual em que foi explicitamente estabelecida a consignação em folha de pagamento. 3. Destaque-se que a agravante diligenciou em busca de bens penhoráveis da agravada, requerendo a utilização do Bacenjud e Renajud, contudo, tais tentativas se mostraram infrutíferas para fins de satisfação da dívida. (...) 5. Agravo de instrumento provido. (TRF 5, AG 0000336-37.2014.4.05.0000, Segunda Turma, Rel. Des. Fernando Braga, DJe 11/abr/2014.)

PAR. CAIXA é detentora de posse indireta. Ação de reintegração de posse. cabimento. TRF 1

“1. Na origem, cuida-se de ação de reintegração de posse, com pedido de medida liminar, ajuizada pela CEF em face do ora apelado, por meio da qual a CEF, ao argumento de que o apelado cometeu esbulho possessório após ter invadido o imóvel destinado ao Programa de Arrendamento Residencial (“PAR”) sem que antes tenha firmado qualquer contrato com

a CEF, pede a reintegração na posse do imóvel. O juízo a quo extinguiu o feito sem resolução do mérito por inépcia da petição inicial, nos termos do art. 295, inciso I c/c art. 267, inciso I, do CPC, ao fundamento de que o caso é de ação de imissão na posse, e não de ação possessória, eis que a causa de pedir se pauta no direito real de propriedade da CEF, e não em sua posse. Contra esta sentença, a CEF interpôs o presente recurso de apelação. 2. O PAR, instituído pela Lei nº 10.188/01, tem por objetivo propiciar o acesso à moradia, que é um direito assegurado constitucionalmente a todos os cidadãos (art. 6º da Constituição Federal/1988). Para operacionalizar este programa, a CEF adquire o direito real de propriedade de bens imóveis com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (“FAR”), sendo que tais imóveis, posteriormente, passam a ser objeto de contratos de arrendamento residencial prospectados pela CEF (arrendadora) em prol dos beneficiários (arrendatários). Nestes contratos, por sua vez, resta acordado que a CEF, na qualidade de proprietária e detentora da posse indireta do imóvel, cede, durante o prazo de arrendamento, a posse direta ao arrendatário, sendo que, decorrido o prazo de arrendamento pactuado, que pode ser prorrogado, abre-se a opção de compra ao arrendatário, desde que o arrendatário efetue o pagamento total do valor residualmente garantido (“VRG”) que será apurado ao final do termo acordado. 3. Seja da própria sistemática do PAR, seja do art. 9º da referida Lei nº 10.188/2001, o qual prevê expressamente a possibilidade de a CEF ajuizar ação de reintegração da posse em caso de esbulho possessório por inadimplemento do arrendatário, resta claro a qualificação da CEF como também sendo possuidora indireta dos imóveis arrendados, o que, então, lhe possibilita o manejo de qualquer instrumento de defesa da posse, inclusive, esta ação reintegratória. 4. Os artigos 926 e 927 do CPC não restringem a legitimidade para o ajuizamento de ação de reintegração de posse, apenas, aos possuidores diretos, não sendo possível negar a proteção possessória ao proprietário na hipótese em que o possuidor, que exerce diretamente a posse, pratica esbulho, tal qual ocorre no caso em tela.” (TRF 2, AC 2013.51.01.021171-1, Sexta Turma, Rel. Juíza Conv. Carmen Sílvia Lima de Arruda, DJe 04/abr/2014.)



Elaboração

Jefferson Douglas Soares

Sugestões e comentários dos colegas podem ser encaminhados para o endereço:

jefferson.soares@adv.oabsp.org.br

A verdadeira acepção

O que significam, realmente, os encontros anuais dos advogados

Reverendo no dicionário os significados de “congresso”, o advogado Adonias Melo de Cordeiro, de Fortaleza, decidiu acrescentar “congraçamento”, para abranger, em sentido amplo, os sentimentos de amizade, simpatia e harmonia. Tudo isso, segundo ele, pode ser visto nos congressos da ADVOCEF, que neste ano de 2014 chegam à 20ª edição.

Adonias ressalta outras virtudes nos congressos (que são custeados pelos próprios associados e sua Associação): seriedade nos assuntos tratados e zelo na condução dos trabalhos.

“Tudo tem a sua hora certa: na hora de trabalhar, trabalhar; na hora de descontrair, descontrair. A labuta no trabalho e o convívio social devem andar de mãos juntas, sempre.”

A advogada Fátima de Vasconcelos, da SUAJU, diz que os congressos representam importante oportunidade de partilha de ideias e experiências. “Além da seara técnica, cria-se mais estímulo aos participantes no que se refere à atuação na defesa da nossa empresa.”



Dos vários congressos de que Fátima participou, apenas um não foi bancado por ela mesma, mas pela ADVOCEF. O evento de Recife, onde estará como delegada eleita, será o segundo nesses moldes. Todos os outros

foram custeados com recursos próprios. “Procuro sempre prestigiar os eventos da nossa Associação, haja vista a notória relevância vinculada a tais encontros.”

De acordo com a advogada Patrícia Guadanhim, de Londrina/PR, no evento é que se vê que não se está sozinho, que muitas dificuldades são comuns e, muitas vezes, as soluções já foram encontradas.

De 2004 para cá, Patrícia só faltou a um congresso, tendo atuado em vários como organizadora, “um trabalho super gratificante, porém de extrema abnegação”. Ela é integrante do Conselho Deliberativo da Associação e do Conselho Executivo da Revista de Direito.

O primeiro congresso

O primeiro congresso ocorreu em 1995, quando o presidente da ADVOCEF era o advogado Alberto Cavalcante Braga, que ocupou, como vice, a vaga do titular Asiel Henrique de Souza, transferido para a Magistratura.

Havia um clima tenso no Jurídico. A Lei 8.906/94 impôs um debate acalorado entre os advogados e a Administração da CAIXA, lembra Alberto.

“Conseguimos organizar nosso I Congresso, cujo legado foi sem dúvida o Regulamento de Honorários. Também tivemos oportunidade de refletir sobre a terceirização de serviços jurídicos, a defesa das prerrogativas e a independência técnica do advogado, temas que até hoje merecem constante espaço na agenda de debates da nossa Associação.”

De lá para cá, não foi descoberto pelos advogados outro canal de diálogo mais eficiente e democrático. Ao menos para que se possa reclamar, discutir e decidir a respeito de medidas que, como se viu na prática, resolvem questões de salários, honorários, jor-

Ontem e hoje

Alaim Giovani Fortes Stefanello, advogado do Jurir Curitiba



Alaim Stefanello em Belo Horizonte, 2005: lançamento da primeira Revista de Direito

Os congressos da ADVOCEF são importantes momentos de união, discussão, confraternização e planejamento para uma categoria profissional verdadeiramente unida e fortalecida.

Antigamente os congressos tinham mais foco nos debates sobre o estatuto da Associação e problemas da categoria. Hoje os eventos aliam essas preocupações com palestras técnicas e profissionais, além, é claro, dos momentos de confraternização.

Achar a perfeita e justa distribuição entre tais atividades (debates, palestras, confraternização) é um grande desafio para as próximas Diretorias, pois os congressos não podem perder sua relevância como grande momento de união e fortalecimento da categoria.

nada de trabalho e tantas mais. Nem tampouco para trocar experiências, aprender novas práticas ou simplesmente – importantíssimo – confraternizar.

Comenta o presidente Carlos Castro: “Os congressos da ADVOCEF são importantes não apenas porque nesse fórum vamos discutir as nossas questões profissionais, mas como uma ver-

dadeira congratulação entre os colegas de todo o país que ali se encontram. Os nossos congressos vão além do campo virtual, tão comum nos dias de hoje, bem como além das trocas de experiências profissionais e uniformização de procedimentos. É na realidade um grande e extraordinário evento onde os operadores do Direito da CAIXA se confraternizam.”

Os congressos realizam o que a tecnologia não consegue, intuí a advogada Élide Franklin: “a interação direta com seu interlocutor, a captação de pequenas mensagens que só podem ser percebidas em uma conversa face a face”. Elida observa que, entre outras coisas, o evento ajuda na compreensão pelo próprio advogado de que seu trabalho é tão importante

Uma vez, em 1998

Houve já um congresso em Recife, em 1998, organizado por Carlos Castro, que ficou gravado na memória dos participantes. É tido como inovador e serve de modelo até hoje. Foi nele que se introduziu a abertura solene, iniciando-se um trabalho institucional, com a mesa composta por membros de todos os poderes e esferas.

A partir de 1998 passou-se também a convidar palestrantes, e não só do meio jurídico. Nesse IV Congresso foram o professor e procurador-geral do Trabalho em Pernambuco, Everardo Gaspar, autor de diversas obras de Direito do Trabalho, e o escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras Ariano Suassuna, que, lembra Castro, fez “um sucesso extraordinário com a sua ‘Aula-Espectáculo’”.



Carlos Castro: um congresso emocionante

Castro gosta de mencionar a passagem da palestra em que o escritor afirma “que nunca devemos falar mal na frente das pessoas, pois isso é constrangimento para quem fala e para quem escuta”. Isso é, era melhor deixar a pessoa sair para aí, sim, tecer os comentários.

Ariano, na época secretário de Cultura do Estado de Pernambuco, reafirmou o pavor de andar de avião e o verdadeiro horror que lhe causava o sotaque das aeromoças, pois todas



Ariano Suassuna (no centro), aplaudido no IV Congresso, em Recife. À esquerda, Carlos Castro; à direita, José Gomes e Josemildo Felisardo da Silva

falam de modo igual e colocam “r” onde não existe. Relatou a confusão danada que causou para transportar na aeronave a sua “espada literária”, que tinha recebido na Academia Brasileira de Letras. A história levou a plenária às gargalhadas.

Conforme Carlos Castro, o escritor disse que iria se atrever a cantar com “a sua triste e rouca voz”, já que estava no congresso acompanhado de um secretário que portava e tocava um violão. Ao final, foi aplaudido de pé.

A melhor saída

Carlos Castro diz o que sente hoje sobre o evento:

“Fico feliz por ter introduzido no congresso do Recife essa parte cultural, tendo a oportunidade de mostrar um pouco dos trabalhos do valoroso povo da nossa terra e os encantos da nossa região, o que foi seguido nos congressos seguintes.”

E sobre o congresso de 2014:

“Temos novos e fabulosos colegas no Jurídico Recife, uma turma ino-

vadora, que tem o apoio do nosso gerente regional, Ricardo Siqueira, que muito colaborou em 1998 e tem participado de todas as decisões da Comissão Organizadora de hoje, preparando com muito carinho o XX Congresso da ADVOCEF, na nossa querida cidade. Isso faz com que já possamos anunciar o sucesso desse nosso importante encontro.”

O presidente acredita que será um congresso marcado pela emoção da despedida. Apesar de apenas acompanhar o trabalho da Comissão Organizadora, tem convicção de que será “um dos melhores e mais contagiantes congressos dos últimos tempos”.

Carlos Castro ficou feliz quando os colegas do Jurídico Recife se colocaram à disposição para ajudar na organização do evento, se fosse sediado em Pernambuco.

“Não tive alternativa”, diz Castro. Pediu à plenária do congresso de Florianópolis que lhe dessem o presente de terminar o mandato em casa, e aprovação foi unânime. “Pode haver melhor saída da Diretoria do que ser conduzido para casa pelos companheiros de todo o país?”, pergunta.



Suassuna, por Ronaldo Selistre



Final do congresso de Poconé, 2011

que “interfere (e sofre interferência) diretamente nos resultados das políticas nacionais e internacionais”.

Encontro das diferenças

É provável que o ex-presidente Altair Rodrigues de Paula detenha o recorde de frequência nos congressos. Dos 19 realizados até agora, participou de 17 e está confirmadíssimo no 20º. Faz questão de ir, pois é lá “que surgem os objetivos futuros e soluções para os problemas presentes”.

Quando é de alto interesse para a categoria, o tema vai logo para o congresso da ADVOCEF, para ser tratado com a devida representatividade e legalidade, afirma o advo-

No sentido amplo

Adonias Melo de Cordeiro, advogado do Jurir Fortaleza

Congresso, segundo o nosso professor Aurélio, significa: reunião; encontro; ligação; ajuntamento; união; assembleia de delegados para discutirem assuntos de importância; conferência.

De bom alvitre acrescentar mais uma palavra à sinonímia ora elencada: conagração, no amplo sentido de amizade, simpatia e harmonia.

Tudo isso podemos observar nos congressos promovidos por nossa Associação.

A olhos vistos percebe-se nos congressos da ADVOCEF o sentimento da união, do interesse comum.

Estamos todos de parabéns pela 20ª edição do congresso da ADVOCEF a ser realizada agora em maio na bela cidade do Recife, considerada a Veneza brasileira.

É certo que nossa Associação ganhou maior porte e repercussão nacional, e tudo isso está atrelado ao trabalho, ao esforço de cada profissional integrante do quadro de advogados da CAIXA.

Participar, se interessar e o querer fazer são regras básicas, fundamentais para garantir a eficiência de qualquer trabalho em prol de uma entidade ou associação.

Nós, advogados da CAIXA, modéstia à parte, temos de sobra todas essas características e qualidades.

Particularmente, muito me honra contribuir para o fortalecimento de nossa Associação, e, graças à generosidade dos meus pares e esforço próprio, desde o congresso



Adonias Melo de Cordeiro com a esposa, Betânia, em Fortaleza, 2012

de Belo Horizonte (agosto/2005), faço questão de participar de todo congresso promovido pela ADVOCEF.

Sou tradicionalista, e, pesquisando a edição 29 do então Boletim da ADVOCEF (julho/2005), constatei a seguinte reportagem, que antecedeu ao congresso de BH:

“Sigo firme para o congresso com a expectativa de ser útil para o evento e de poder angariar maiores

conhecimentos advocefeanos e difundir os bons resultados que certamente serão obtidos.” A afirmação confiante é do advogado Adonias Melo de Cordeiro, do Jurir Fortaleza, que vai pela primeira vez ao encontro da ADVOCEF, em agosto. “Achei que esse era o meu momento, já que, na minha concepção, quanto mais forem as pessoas que participem nos congressos, maior será o engajamento da categoria”, completou Adonias.

Hoje, tenho a plena certeza de que o meu pensamento estava corretíssimo, íssimo, íssimo!

Em todos os nossos congressos, percebe-se a seriedade nos assuntos tratados, o zelo na condução dos trabalhos, além da preocupação de promover o conagração de todos os participantes, através dos eventos sociais. Tudo tem a sua hora certa: na hora de trabalhar, trabalhar; na hora de descontrair, descontrair. A labuta no trabalho e o convívio social devem andar de mãos juntas, sempre.

Desejo todo o sucesso à nova Diretoria, que ela continue compromissada com a boa ética, defendendo os interesses de todos nós, visando o engrandecimento da ADVOCEF, pois, unidos, somos bem mais fortes!



Fátima de Vasconcelos, da SUAJU (segunda da esq. para a dir.), em Gramado, 2010, com as colegas Ana Paula da Cunha Soares, Claudia Teles da Paixão Araujo e Paula Giron Margalho, do Jurir Aracaju

gado Celso de Oliveira Júnior, de Belo Horizonte. Ele chama a atenção também para a presença importante no evento de representantes da DIJUR, da EMGEA e outros do alto escalão da CAIXA.

O advogado Antônio Xavier, de Recife, embora sempre atento às discussões da categoria, não frequentava os congressos. Evitava as viagens por causa dos filhos pequenos, preferindo utilizar o Fórum do site da ADVOCEF. No entanto, durante a greve dos 50 dias, em 2009, aceitou a provocação dos colegas e foi ao seu primeiro congresso, no ano seguinte, em Gramado/RS. Lá constatou, admirado, que havia diferenças significativas entre as unidades jurídicas.

“As questões eram resolvidas de acordo com uma lógica local”, descobriu Xavier. A partir daí o advogado está em todos os congressos e convida mais colegas, argumentando que o evento pro-

Momento ímpar

Altair Rodrigues de Paula, advogado da Rejur Londrina/PR

O congresso da ADVOCEF é uma ocasião ímpar, pois além das discussões de matérias de interesse da categoria, tais como elaboração da pauta de negociações para acordo coletivo e de pretensões exclusivas dos advogados, questões de honorários, prerrogativas dos advogados, entre outras, temos a oportunidade de contatar com colegas do Brasil inteiro, trocando experiências profissionais, aprimorando o relacionamento interpessoal dos participantes e propiciando o intercâmbio de práticas jurídicas e administrativas.

Dos 20 congressos da ADVOCEF, participei de 18. Assim, desde que comecei a frequentá-los, nunca mais parei. Faço questão de comparecer, participando de todas as discussões e palestras, buscando colaborar com a valorização constante dos advogados da CAIXA, certo de que é desse momento de conagração e de troca de ideias que surgem os objetivos futuros e soluções para os problemas presentes.

Nos congressos a ADVOCEF oportuniza à Diretoria Jurídica da CAIXA espaço para levar as suas pretensões, a percepção da atuação dos advogados e a expectativa quanto a atuação futura, possibilitando que os advogados também façam suas considerações diretamente à DIJUR, inclusive sugerindo novas formas de atuação.



Altair Rodrigues de Paula em Florianópolis, 2013

Sentimento de grupo

Antônio Xavier, advogado do Jurir Recife

As circunstâncias e até mesmo os convites e provocações dos colegas me levaram ao meu primeiro congresso, em Gramado.

Lá pude constatar que tínhamos um enorme abismo em matéria de questões relevantes para a nossa categoria e que haviam realidades absolutamente distintas em cada unidade da nossa procuradoria.

As práticas de arrecadação de honorários, dispensa, isenção, eram totalmente diferentes de Jurídico para Jurídico, assim como praticamente todas as questões eram isoladamente resolvidas e tratadas, de acordo com uma lógica local.

Coisas que achávamos que tínhamos que melhorar em nosso apoio jurídico, descobri que nem existiam em muitos lugares. Assim como práticas



Antônio Xavier

antigas das nossas áreas de apoio não eram seguidas pelas mesmas áreas de apoio em outras unidades.

O congresso cumpriu o papel de promover esse grande encontro de realidades tão distintas dentro de nossa realidade. E o ganho desse encontro é inestimável.

As plenárias são onde influenciemos e somos influenciados por um sentimento de grupo, que exerce uma força muito grande no presente e para o futuro. Lá nos encontramos, lá confraternizamos, lá discutimos, lá analisamos o que passou, lá olhamos para o futuro e de lá saímos mais unidos, mais fortes e mais preparados para

realizar aquilo que nos dispusermos a fazer, enquanto pessoa e coletividade.

Alto interesse

**Celso de Oliveira Júnior, advogado do
Jurir Belo Horizonte**

Compreendo que o congresso é aquele momento especial para manifestação de toda a classe dos advogados da CAIXA, sobre os pontos considerados de alto interesse para a categoria, naquele momento específico em que acontece, pronunciamento esse que se materializa por meio da representatividade estabelecida estatutariamente.

Importante destacar, por ocasião da comemoração do 20º congresso, a imprescindível e constante presença de representantes da DIJUR, implementada na gestão do estimado Dr. Antonio Carlos e que vem sendo mantida pelo Dr. Jailton, bem assim dos eminentes prepostos da EMGEA e de representantes do alto escalão da CAIXA, que sempre comparecem abordando temas que merecem a atenção e reflexão dos profissionais jurídicos da CAIXA.



**Celso de Oliveira
Júnior**



Gilberto Gemin e Patrícia Guadanhim, em Belém, 2006

move “esse grande encontro de realidades tão distintas”. Diz mais:

“Nos congressos escrevemos muitas histórias, muitas delas engraçadas e tantas outras com as mais variadas nuances, mas são nossa história. Sejam todos atores de nossas próprias histórias e não meros espectadores.”

É de não perder

Daniel Burkle Ward, advogado da Rejur Niterói/RJ

Jamais acompanhei um congresso à distância. Em 2014 *estreearei* minha ausência. Lamento isso. Congresso da ADVOCEF não é coisa que se perca. Sempre é bom. Sempre vale a pena.

Aos novatos, recomendo audição atenta e paciência. Marinheiro de primeira viagem – pelo menos comigo foi assim – sai de lá mais confuso do que entrou. O début vale mais para ir acostumando os ouvidos. E para ser seduzido.

Honorários do FGTS: – Quanto? 2 milhões?! Já transitou em julgado? Quando paga? Este ano ainda!

Parque do povo: – Que nome é esse?! Do que se trata?! Ah, é precatório de caráter alimentar, vamos furar a fila. Deve estar para sair...

Não bastasse essa dosagem anual de otimismo e promessa de riqueza, é bacana observar que, via de regra, nossa Associação vai sendo conduzida em boas mãos. Rio e São Paulo, Freud explica, se relacionam

com a ADVOCEF de uma forma meio blasé. Percebo algum distanciamento. Não é assim com outros Estados. Há sempre uma penca de gente disposta e capaz para levar a coisa adiante.



**Daniel Ward (à direita) em Poconé/MT,
2011, com Renato de Albuquerque e
Justiniano Júnior**

Registro aos menos familiarizados com os rituais quase anárquicos de uma assembleia: não é tarefa simples a condução dos trabalhos. Requer dose extra de paciência, enorme capacidade de mediação e genuíno envolvimento com as questões em debate.

Congresso é também ocasião de confraternizar, trocar experiências, de resgatar aquela minuta de Recurso Ordinário de um caso que já aconteceu contigo, mas que para o colega de Teresina tem ares de ineditismo. Não entendia a postura da CAIXA de descontar por falta os dias dos participantes do congresso. Ótimo que mudou. Aquele papo do cafezinho, no intervalo entre os debates da categoria, serve para trocarmos figurinhas, para falarmos sobre melhores práticas para nossa advocacia na CAIXA. Esta integração oficiosa por vezes é mais eficiente à multiplicação de conhecimento do que workshop institucional em Brasília – registro empírico deste subscritor.

Um último testemunho: só num encontro da ADVOCEF para a gente ter a oportunidade de sentar para uma cerveja com o diretor jurídico, com o ministro do STJ. E todos ali na condição afetiva de associados; nada de V. Exa.. Nos dias de congresso, é todo mundo João.

Discussões acaloradas

O gerente do Jurídico Curitiba, Alaim Stefanello, lembra que houve muito debate em Rio Quente/GO, em 2003.

“Naquele congresso foi decidida a atual regra de rateio de honorários, com escalonamento de seis meses, tanto para quem está entrando quanto para quem está saindo. Entramos noite adentro nos debates e inúmeras propostas foram apresentadas para modificar a regra de divisão, sempre com clara segregação de interesses entre advogados recém contratados (do concurso de 2001) e advogados mais antigos (alguns, na véspera de se aposentar, queriam que os honorários fossem vitalícios, proposta que sempre ressurge de tempos em tempos).

“Até que o então advogado da CAIXA, hoje juiz, Robson Celeste Candelorio propôs que a mesma regra que valesse para a admissão na empresa (aprovada durante aquela assembleia – seis meses escalonados para chegar a receber 100%) também valesse para o momento da saída da CAIXA, em decréscimo. A proposta agradou a todos os grupos e foi aprovada.”

Alaim fala de outro congresso importante na história da Associação, o de Belo Horizonte, em 2005. Nele, ocorreu o lançamento da primeira edição da Revista de Direito da ADVOCEF, “marco da produção jurídica e intelectual dos advogados da CAIXA”.

Um momento marcante para Fátima de Vasconcelos foi a execução do Hino Nacional pela Orquestra San-



■ Lavínia (filha de Élide): perdeu o primeiro dente



■ Alberto Braga no primeiro congresso, em Brasília, 1995

fônica (com sanfonas), no congresso de Aracaju.

Silvio Padilha, advogado aposentado do Jurir Belo Horizonte, lembra

de muitos congressos em que houve discussões acaloradas, que aconteciam sempre que algum assunto importante e polêmico estava na pauta.

As pequenas mensagens

Élide Franklin, advogada do Jurir Teresina

Sei que a tecnologia da comunicação diminuiu as distâncias e facilitou a integração entre as pessoas nos quatro cantos do mundo; mas nada substitui o contato pessoal, a interação direta com seu interlocutor, a captação de pequenas mensagens que só podem ser percebidas em uma conversa face a face.

É nesse ponto que encontro um dos mais relevantes benefícios do congresso da ADVOCEF: a possibilidade de encontrar colegas de todo o país, podendo agir e reagir, colher impressões, garimpar problemas e soluções, trocar ideias, compartilhar experiências, dividir expectativas e perceber as diferentes formas de interpretação dos acontecimentos que cercam a nossa profissão.

O congresso é um momento único que nos permite, além de debater os assuntos de interesse geral da

categoria, conhecer as peculiaridades regionais do desenvolvimento da advocacia na CAIXA, em um processo de compreensão da grandiosidade do nosso mister e da importância de bem exercer nossas atribuições, que passa pela consciência de que o

nosso trabalho, que em um primeiro momento pode parecer ser de formiguinha, interfere (e sofre interferência) diretamente nos resultados das políticas nacionais e internacionais.

Foi no meu primeiro congresso da ADVOCEF que pude perceber que eu não

estava “sozinha no barco”, existia um grupo coeso e competente lutando pelos mesmos objetivos, quais sejam a melhoria das nossas condições de trabalho e, sobretudo, o engrandecimento da advocacia na CAIXA, alicerçado na imperiosa necessidade de respeito aos nossos direitos e prerrogativas.



■ Élide Franklin em Florianópolis, 2013



Élida e Leandro, no Encontro Técnico de 2013: toda vez, uma foto

Efeitos colaterais

A advogada Élida Franklin sofreu na pele um efeito colateral dos congressos, que priva os participantes de curtir momentos importantes na vida familiar:

“Durante o congresso de Fortaleza, recebi uma mensagem no meu celular que me fez derramar lágrimas e quase me causou arrependimento de ter deixado minha pequena Lavínia em Teresina. Tratava-se de

uma foto que anunciava que minha filha tinha perdido o primeiro dentinho, e eu não estava lá para participar desse momento! Fui consolada pelos colegas de congresso, que, mais tarde, fizeram um brinde ao dentinho perdido da Lavínia.”

Élida descreve também a forma inusitada como iniciou sua amizade com o colega Leandro Clementoni, de Belo Horizonte.

“Durante um dos congressos, antes mesmo que nos conhecêssemos,

Uma história maior

Patrícia Guadanhim, advogada da Rejur Londrina/PR

Não vejo congresso como obrigação; é uma satisfação. Sinto que tenho que estar lá. Saber como as coisas estão no país sempre me foi algo positivo. Lá podemos conversar e ver que não estamos sozinhos, que muitas das nossas dificuldades são presentes no dia de outros colegas e, muitas vezes, as soluções já foram encontradas e lá nos são compartilhadas.

Esse congresso que se avizinha terá a posse da Diretoria e também dos Conselhos, do qual faço parte. Sem dúvida, será uma ocasião especial novamente ter a oportunidade de atuar diretamente nos rumos da Associação.

Comecei na CAIXA em 2003 e em 2004 debutei em congressos. De lá para cá, apenas em um infelizmente não pude comparecer, mas em todos os demais na última década pude estar presente. Em alguns, como participante e em vários na qualidade de organizadora (um trabalho super gratificante, porém de extrema abnegação).

Lembro-me bem da ansiedade que era organizar e pensar em cada participante desde o momento em que saiu da sua casa até o retorno e durante todo o evento. De responder e informar as mesmas coisas para várias pessoas e de tentar ajudar cada um que me procurava para saber detalhes do evento. Organizar briefing dos



Patrícia Guadanhim em Vitória, 2008

congressos, pensar em detalhes que muita gente nem percebe e pensar que “acho que irão gostar”. Ao final, sair com a sensação do dever cumprido e retornar para casa, com a tarefa de olhar a ata do congresso e de iniciar o cumprimento das decisões tomadas em assembleia.

Momentos pitorescos para mim são vários. As risadas dos colegas, as discussões acirradas, muitas vezes interrompidas por minutos de descontração com algum comentário engraçado. A plenária é o que mais me marca.

Agora que tenho ido como participante, integrante do Conselho Deliberativo e do Conselho Executivo da Revista de Direito, posso focar melhor nas palestras.

Lembro-me de duas ocasiões em que pude fazer a palestra, re-

presentando a Revista da ADVOCEF. Das várias vezes que pude entregar algum presente para autoridades ilustres em homenagens. As muitas palestras de direito e algumas gerais que sempre me acrescentam algo novo.

Recordo-me do meu primeiro congresso e toda a confusão até entender qual placa usar (preta ou vermelha).

Graças aos congressos pude estar em várias cidades brasileiras. Muitas vistas especiais (como a de Vitória do alto do hotel do evento, de Maragogi e Poconé em meio a natureza, Belém e todo o acolhimento e cultura locais, Natal e Aracaju com suas praias, dentre outros muitos lugares).

Muitos amigos fiz nessas andanças e, sem dúvida alguma, posso rever muitos deles a cada ano que se passa.

Sinto que faço parte de uma história maior e que já posso contar ao novos o que mudou e como amadurecemos e crescemos, enquanto classe, fruto dos muitos colaboradores, alguns em maior evidência e outros muitos nos bastidores, auxiliando a Diretoria indiretamente (com críticas construtivas, sugestões) e outros diretamente, muitas vezes deixando de lado seus afazeres pessoais e profissionais para se dedicar à Associação e a todos nós.

iniciamos uma calorosa discussão que passou dos limites da razoabilidade e precisou da intervenção dos colegas para que não chegasse às vias de fato. Depois, na festa de encerramento do congresso, nós fizemos as pazes e iniciamos uma grande amizade. Todas as vezes em que nos encontramos, tiramos uma foto juntos para selar a paz.”

Cartilha para novatos

O advogado Daniel Burkle Ward, de Niterói/RJ, que jamais acompanhou um congresso à distância, informa que fará isso pela primeira vez este ano. “Lamento isso. Congresso da ADVOCEF não é coisa que se perca. Sempre é bom. Sempre vale a pena.” Talvez para compensar a ausência, em texto na página 26 ele dá umas dicas aos novatos.

Daniel fala da famosa troca de experiências do congresso, como “resgatar aquela minuta de Recurso Ordinário de um caso que já aconteceu contigo, mas que para o colega de Teresina tem ares de ineditismo”. Numa análise “empírica”, sustenta que o papo do cafezinho, no inter-



Encontro em Fortaleza, 2012. Atrás: Bruno Vaz, Octavio Caio, Daniel Ward, Luiz Fernando Padilha, Marcos Barcellos e Carlos Saboya. Na frente: Elton Nobre, Leila Rega, Roberta Mariana e Jailton Zanon

valo entre os debates, às vezes é mais eficiente do que workshop institucional em Brasília.

Como anfitrião do 20º Congresso, Antônio Xavier convida a todos para conhecer o seu Recife.

“É a terra de um povo orgulhoso e guerreiro, filhos da nova Roma, leões do Norte, de uma tradição de lutas e conquistas, que refletem o espírito de cada um de nós que fazemos a ADVOCEF.”

Consulta à categoria

Silvio Padilha, advogado aposentado do Jurir Belo Horizonte

Os congressos da ADVOCEF sempre foram de muita importância para a categoria dos profissionais advogados da CAIXA. Além de proveitoso para os associados, o evento é extremamente útil para a Diretoria, por exemplo, para prestar contas de sua gestão e buscar o referendo da classe no que diz respeito às questões de alta indagação, sempre que isso for necessário.

Participei de muitos congressos e acho que os mais importantes foram aqueles realizados nos primeiros anos seguintes logo após o advento do novo Estatuto da OAB. As alterações trazidas pela Lei 8.906/94, notadamente em relação à jornada reduzida e ao direito de recebimento dos honorários de sucumbência pelos advogados empregados,

proporcionaram seguidos debates, os quais, muitas vezes, resultaram em decisões paliativas, tanto que esses assuntos somente foram resolvidos definitivamente alguns anos depois.

A participação da Federação Nacional dos Advogados (FeNAdv) foi decisiva ao longo dessa luta travada por sete anos, cujo alvo era obter a adequação da situação fática

então vivenciada pelos advogados aos preceitos do novo Estatuto, conquista essa que somente foi alcançada de forma definitiva, por acordo, no final do ano de 2001.

Vale lembrar que naquela época o número de ações em curso em todo o país era elevadíssimo, principalmente em decorrência das ações que envolviam a incidência dos expurgos inflacionários nas contas vinculadas do FGTS, cujas liquidações de sentença estavam no auge naquele momento, e, em razão desse fato, os advogados vinham laborando com jornada extra.

Mas os congressos servem ainda para a troca de experiências, para a divulgação de boas práticas e novas ideias, para a disseminação cultural, e, como não poderia deixar de ser, tem papel fundamental no conagração de toda a categoria.



Silvio Padilha em Belo Horizonte, 2005

O papel dos livros

A revolução digital muda tudo na leitura, mas não o essencial

A tecnologia evolui, rápida e radicalmente, mas o que não muda é a função dos livros, que permanece tão importante como era antes da revolução digital. É o que conclui esta matéria, que buscou depoimentos de advogados da CAIXA sobre suas maneiras de ler, seja através dos velhos livros de papel ou dos novos dispositivos eletrônicos.

Leitor assíduo desde sempre, o advogado José Irajá de Almeida, representante da ADVOCEF em Maringá/PR, acompanha com entusiasmo a evolução tecnológica. Com a descoberta dos e-readers (leitores de livros digitais), juntou uma paixão à outra e não quer outra vida. Dos 500 livros de sua biblioteca hoje, apenas 100 são de papel.

A advogada Anna Carolina de Brito Fernandes, do Jurídico Natal, também não possui muitos livros de papel. Aqueles que consulta, para trabalho ou estudo, ela deixa na CAIXA. Os outros, que reserva ao lazer, costuma doar a quem precisa, e manda muitos



deles à sua avó Aliete, que adora ler e mora em Crato, no Ceará.

O advogado Aquilino Novaes Rodrigues, representante da ADVOCEF em Uberlândia/MG, analisa que se está no início de uma transição e que a coexistência de formatos se imporá ainda por um bom tempo, envolvendo aspectos que não se podem mensurar. “Não há como trocar um ‘Nietzsche para Estressados’, do Alan Percy, papel, por um digital. Tudo que se quer é relaxar e às vezes a tecnologia é tudo de que queremos fugir.”

Aquilino recorda de quando precisou ler “Mauá, o Empresário do Império”, para um trabalho valendo dois pontos no segundo ano da faculdade. “Que leitura fascinante. Não creio que conseguiria no leitor.”

Lua na Casa Três

Com o lançamento de seu livro “Lua na Casa Três”, no final de 2009, o advogado Henrique Chagas, da Rejur Presidente Prudente/SP, se tornou um dos primeiros escritores no Brasil a utilizar o formato e-book, sensação digital de então. (Outro dos pioneiros foi Paulo Coelho.) Proprietário do primeiro Kindle lançado pela Amazon, Henrique hoje não usa mais o leitor.

“Acho que é muito limitado e cerceia outras possibilidades, pois permite pouco mais que a simples leitura. Prefiro usar o tablet. Tenho um iPad Mini, que é muito mais que um e-reader, permite outros aplicativos, e nele posso ler livros, revistas e jornais diários, além de uso das redes sociais.”

Mas Henrique, novo diretor de Comunicação Social da ADVOCEF que assume neste mês de maio, declara, antes de tudo, que



O primeiro Kindle, de Henrique Chagas

O início

No início, o advogado Aquilino Novaes e os colegas Estanislau Luciano de Oliveira (1º tesoureiro da ADVOCEF, que trabalha em Brasília) e Paulo Fortes (hoje em Belo Horizonte) dividiam suas descobertas eletrônicas. Aquilino conta:

“Estanislau foi o catalizador. Aprendi com ele a utilizar a agenda do e-mail e a compartilhar com outros. O gesto e a curiosidade dele, associados à nossa situação de trabalho (muito volume e poucas ferramentas) nos levaram ao que hoje é brincadeira de primário...”

“Assim, a transição dele para mim foi mais tranquila, quando ele voltou para Brasília e eu assumi a área trabalhista daqui. Nas primeiras audiências mandávamos e-mail com arquivos PDF para lermos no tablet. Hoje acessamos via VPN, embora a CEF tenha bloqueado os iPad recentemente.”



O precursor Estanislau Luciano (com o tablet) e Paulo Fortes

é adepto dos livros, sejam eles digitais ou feitos de papel.

“Prefiro, claro, quando em casa, lê-los na forma tradicional, porque gosto de absorver a leitura de forma estudada, rabisco todos os meus livros, faço anotações e comentários. Mas também gosto dos livros digitais, sou fã da possibilidade de se levar na pasta uma biblioteca inteira e poder lê-los em qualquer lugar e a qualquer hora. Sou fascinado pela tecnologia, que nos permite, além da mera leitura, até a interação entre o leitor e o escritor e a possibilidade de compartilhamento de opiniões e ideias.”

Espaço na bolsa

Dona de um Kindle há cerca de dois meses, com ele a advogada Anna Carolina lê muito mais. O aparelho não sai da sua bolsa, permitindo que em salas de espera de consultórios, ou em situações similares, possa ler sem ser preciso carregar um

livro, que ocupa espaço bem maior e que, por isso mesmo, normalmente não levava. Mas há muito mais vantagens, comprova Carolina:

“A letra pode ser aumentada e, dependendo da versão, há luminosidade na tela possibilitando ler no escuro (o que pra mim é uma vantagem na hora de colocar minhas crianças para dormir).

“Quando vou reler o livro ele não está amarelado ou com mofo, o que me causa alergias e desconforto na hora de ler.

“Não preciso ter uma estante enorme para armazenar os livros, o que ocuparia um espaço considerável, já que moro em apartamento.

“Quando termino um livro, já começo outro, independente do lugar em que eu esteja.



■ Anna Carolina: livros para a avó, em Crato

“Há, ainda, diversos títulos gratuitos. Baixei, por exemplo, alguns de Jane Austen, de quem gosto muito, e já vi que há diversos de Machado de Assis disponíveis. Tenho sempre também livros infantis para ler para as crianças.

“A bateria dura muito tempo, inclusive. Também é possível baixar uma amostra de qualquer livro, sem custo, e ler um capítulo inteiro antes de realizar a compra.”

Como aconteceu a muitos, também Anna Carolina não tinha interesse nos e-readers, até o primeiro contato. “Pensava que não ia conseguir ler por muito tempo. No entanto, a leitura é extremamente agradável, a tela do e-reader não possui brilho nem reflexo, de modo que a leitura não se torna cansativa.”

Mundo sem papel

José Irajá de Almeida, representante da ADVOCEF em Maringá/PR

Comprei meu primeiro computador ainda na década de 80, um TK 90X-Microdigital (ligava na televisão e carregava os programas com fitas cassete, alguém pode imaginar o que era isso?).

Quando surgiram os e-readers, meu interesse foi imediato, pois era a união de duas paixões, tecnologia e livros. Depois de muito pesquisar, comprei o primeiro Kindle, um modelo básico de 6 polegadas com wi-fi e free 3G. Mas minha esposa, também leitora contumaz, logo se apossou do brinquedo e me vi obrigado a comprar outro. Então adquiri o Kindle DX Free 3G, com tela de 9,7 polegadas. Ambos os aparelhos já contam com mais de 400 e-books instalados, e a coleção vai crescendo seletivamente.

Ao mostrar o Kindle para as pessoas, a primeira coisa que elas fazem é passar o dedo na tela, imaginando ser *touch screen*, e perguntar: “É um tablet?” “Não, não é um tablet, não tem nada a ver com um tablet, é um e-reader. “E... o quê?”

“Um e-reader... Leitor digital, papel digital, mundo sem papel... Entende?”

O Brasil é um país onde se lê pouco. Então, os e-readers ainda não despertam muito interesse.



■ Irajá: paixão pelos e-readers

As vantagens sobre o livro de papel são enormes, a começar pelo apelo ecológico do aparelho, que poupa muitas árvores de virarem papel.

Fazendo a inevitável comparação com os tablets, a leitura no e-reader

é muitíssimo mais confortável e agradável, pois a tela não emite luz (sua proposta é se igualar ao papel) e assim cansa menos os olhos, permitindo muito mais tempo de leitura (já existem, porém, modelos que emitem uma suave luz de fundo, permitindo ler no escuro).

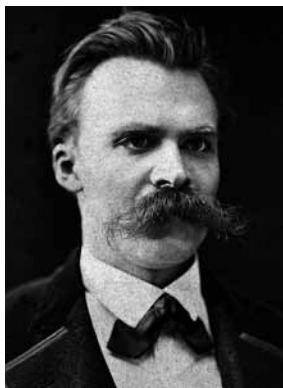
Depois se destaca o acesso grátis à internet 3G que, embora precário, permite a compra on-line de livros e navegação básica.

A presença de dicionários nos e-readers é algo revolucionário, pois permite que, ao se deparar com uma palavra desconhecida, o leitor apenas dê um clique sobre ela e imediatamente extraia do dicionário o seu significado.

Já existem várias publicações de livros técnicos de Direito em formato específico para os e-readers.

Também se pode destacar o espaço que o e-reader poupa, pois no aparelhinho podem ser armazenados até 3.000 livros! É só imaginar o tamanho da estante para armazenar essa quantidade de livros de papel.

Entre os e-books que já leu, Anna Carolina destaca “Anticâncer”, de David Servan-Shreiber, como leitura essencial para quem quer ter uma vida saudável. Outro que indica é “Mandela”, que ainda lia quando foi feita esta entrevista, e estava achando “fantástico”. Leu também “Uma Prova do Céu”, de Eben Alexander III, que considerou “muito interessante”.



■ Nietzsche: em papel, para estressados

Digitais de todos os gêneros

A biblioteca do advogado Irajá de Almeida, que adquiriu o primeiro Kindle em maio de 2013 e o segundo em agosto do mesmo ano, contempla todos os gêneros. São clássicos de domínio público, como “Crime e Castigo”, de Fiódor Dostoiévski, todos os de Machado de Assis, “O Processo”, de Kafka, e os livros “da moda” como a série de Laurentino Gomes sobre a História do Brasil. Em um ano, leu aproximadamente dez livros do acervo digital, destacando “Freakonomics”, de Steven D. Levitt, e “A Arte da Guerra”, de Sun Tzu. Lia, quando se produzia esta matéria, “O Mundo Assombrado pelos Demônios”, de Carl Sagan.

Para quem gosta de anotar passagens interessantes nos livros, Irajá avisa que é possível fazer isso também nos e-books. No Kindle DX, basta posicionar o cursor e digitar o que quiser. Também é possível selecionar o texto, para ficar “grifado digitalmente”. “E o melhor: o Kindle possui um dicionário integrado. Basta colocar o cursor antes da palavra e o significado aparecerá no rodapé da página.” Salienta que as universidades já disponibilizam, gratuitamente, livros digitais para download e que há vários sites dos quais se podem baixar livros sem custo (exemplo: falacultura.com/download-livros-gratuito).

A favor dos tablets

Segundo o advogado Aquilino Novaes, um obstáculo a ser vencido

pelos e-readers no Brasil está na questão econômica. Observa que padrões fechados e tecnologias de proteção autoral, em alguns aspectos, dificultam a propagação, embora sejam legítimos para resguardar a propriedade intelectual.

Olhando sob o prisma puramente mercadológico, avalia que os tablets estão mais bem posicionados com a possibilidade de inserir as pessoas no mundo do livro digital. Como usuário do iPad, sabe que a Apple, ferrenha defensora dos direitos autorais, gere com mão de ferro o acesso a determinados tipos de dados.

“Há uns dois anos comprei um vade-mecum da Saraiva em formato digital que precisava de um software proprietário para usar. Para não jogar fora, tive de remover a proteção e convertê-lo ao padrão ePub de publicação eletrônica, e, como num passe de mágica, melhorou.”

Aquilino sustenta que às vezes o mais importante não é que sejam

e-readers, tablets, portáteis, mas sim que se garantam a qualidade da interação e o respeito à liberdade do usuário. “Devemos investir sem saber o resultado da experiência? Quando compramos um livro impresso sabemos que apenas a qualidade do texto irá definir a satisfação, e olha que folheamos antes de comprar.”

Resumindo, Aquilino conclui que, além de um portfólio razoável, as plataformas devem oferecer portabilidade. “Compro um livro para o Kindle, posso transferir para outro equipamento? É compatível? Estou infringindo direito autoral?”

Já o advogado Irajá, fã convicto dos eletrônicos, faz apenas uma ressalva e confessa que não pretende abandonar totalmente os livros tradicionais. “Faltam aos e-readers duas coisas das quais todo leitor apaixonado não abre mão: a textura e o cheiro do livro.”



■ Aquilino: os tablets à frente

Anotações

■ E-readers: dispositivos apropriados para ler livros digitais, os e-books. Armazenam até milhares de obras, que podem ser carregadas, com baterias que duram muito tempo.

■ Tablets: computadores portáteis em que se pode navegar na internet e fazer quase tudo, até ler e-books.

■ As vendas de e-books devem aumentar em 2014, se se confirmarem as alterações propostas para a Lei 10.753/2010, que institui a Política Nacional do Livro. Nelas, os digitais ganham as mesmas isenções dos livros físicos, devendo cair o seu preço. (Fonte: Agência Estado.)



■ Livros de papel contam a seu favor não precisam de energia, podendo ser acessados a qualquer momento, em qualquer lugar. Cansam menos os olhos do que as telas dos digitais. Mas exigem o corte de árvores, em prejuízo ao meio-ambiente.

■ Livros digitais, para sua produção e manutenção, também exigem recursos que poluem o ambiente.

■ Segundo especialistas, as novas gerações, que crescem com a tecnologia digital, tendem a preferir os e-books no futuro.

■ As mesmas fontes indicam que os impressos podem ter seu uso reduzido, mas não abolido, havendo a convivência de várias tecnologias.



A nova ortografia (4)

Emprego do hífen (2)

I – EMPREGO DO HÍFEN EM PALAVRAS COMPOSTAS (3)

Sigo apresentando situações em que podem ocorrer dúvidas quanto ao emprego do hífen em palavras compostas. Também se utiliza hífen nos seguintes casos:

17. Sempre que o primeiro elemento for verbo: bate-boca, mata-cavalo, quebra-queixo, tapa-buraco, Passa-Quatro, guarda-chuva.

18. Nos topônimos cujos elementos estejam ligados por artigo: Baía de Todos-os-Santos, Trás-os-Montes, Entre-os-Rios.

19. O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) eliminou o hífen com os elementos **não** e **quase**, devendo-se separá-los das palavras que os seguem: não agressão, não fumante, quase irmão, quase delito.

20. O VOLP também eliminou o hífen que se empregava nas frases e expressões transformadas em substantivos e sempre que não se identifica clara unidade semântica, assim como nos compostos em que os elementos são ligados por preposição, devendo-se separá-los: à toa, bicho do mato,

bico de papagaio, cabeça de bagre, camisa de força, chove não molha, deus nos acuda, dia a dia, diz que diz que, mão de obra, pão de ló, pé de moleque, pé de pato, rabo de saia, tão só, tão somente, tomara que caia, unha de fome.

Observações:

1. Contrariando esta regra, o VOLP manteve os hifens nestes quatro casos: água-de-colônia, cor-de-rosa, arco-da-velha, pé-de-meia.

2. Quando designam espécies botânicas ou zoológicas, o hífen permanece: bicho-da-seda, erva-de-passarinho, gato-do-mato, não-metouque, João-de-Barro, erva-doce,

Paulo Flávio Ledur*

batata-doce, pimenta-do-reino.

3. Também permanece o hífen nos compostos que apresentam apóstrofo entre os elementos: gota-d'água, Passo-d'Areia, mestre-d'armas.

21. O Acordo Ortográfico prevê a eliminação do hífen e consequente justaposição dos compostos em que se perdeu a noção de composição. A regra não é nova, nem os exemplos mencionados no Acordo, com exceção de **paraquedas** e seus derivados, em que se usava hífen antes do Acordo. Exemplos de uso justaposto: aguardente, apedido, bancarrota, benfeitor, girassol, malmequer, mandachuva, paraquedas, paraquedismo, paraquedista, pontapé, quefazer(es), rodapé, vaivém, viravolta.

Observação final:

Diante de dúvida sobre o emprego do hífen em palavras compostas, deve-se estar atento ao princípio que norteia o uso desse sinal gráfico: é usado sempre para marcar mudança de significado, mudança esta que pode ser radical ou sutil. Observe que todos os casos aqui expostos se enquadram nesse princípio.



* Professor de Língua Portuguesa e Redação Oficial em diversas instituições. Autor Ade diversos livros em sua especialidade, como: *Português Prático* (AGE, 14.ª ed.), *Análise Sintática Aplicada* (em coautoria com Luiz Agostinho Cadore, AGE, 4.ª ed.), *Manual de Redação Oficial dos Municípios* (AGE/Famurs) e *Guia Prático da Nova Ortografia* (AGE, 11.ª ed.), entre outros. Podem ser adquiridos pelo site: www.editoraage.com.br.

AGE
EDITOR

Visite nosso site
www.editoraage.com.br

51 3223.9385 | 3061.9385
51 9349.0533 | 3061.9384



Sugestão de Leitura

A estrada iluminada

Anthero Sarmiento Ferreira

A obra reflete a trajetória do autor, médico, como buscador de respostas a partir de um momento turbulento e de extrema adversidade em sua vida.



García Márquez no *Juris*

O discurso do escritor colombiano ao receber o Nobel, em 1982

O suplemento *Juris Tantum* desta edição publica o discurso que o escritor colombiano Gabriel García Márquez proferiu na Academia Sueca de Letras, em 8 de dezembro de 1982, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura. A ADVOCEF em Revista homenageia, desse modo, o jornalista e romancista – ele pretendia ser também advogado, mas abandonou o curso de Direito logo no início – que tornou conhecida no cenário internacional a literatura latino-americana, com a publicação de sua obra “Cem Anos de Solidão”, em 1967.

A notícia de sua morte, em 17 de abril de 2014, aos 87 anos, se espalhou rapidamente pelas redes sociais. No Twitter, o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, espelhou o sentimento geral: “Mil anos de solidão e tristeza com a morte do maior colombiano de todos os tempos”.

Depois do primeiro grande sucesso, de 1967, que inaugurou o realismo mágico, vários outros livros do escritor venderam milhões de exemplares no mundo todo. Entre eles, “Ninguém Escreve ao Coronel”, “Crônica de uma Morte Anunciada”, “O Outono do Patriarca” e “O Amor nos Tempos do Cólera”.

O discurso incluído no *Juris* foi traduzido pelo jornalista Gilberto G. Pereira, de Goiânia. Gilberto autorizou a publicação e elogiou o original, que “se mantém atual e ainda merece ser lido – como toda a obra do autor – por quem se interessa pelos descaminhos do povo latino”.

Homenagem à poesia

Na apresentação na Academia Sueca, García Márquez expôs o sofrimento da América Latina, que situou distante culturalmente de uma Europa que reconhece a originalidade dos escritores latinos, mas desconfia de suas tentativas de progresso.

“Por que pensar que a justiça social perseguida pelos europeus pro-

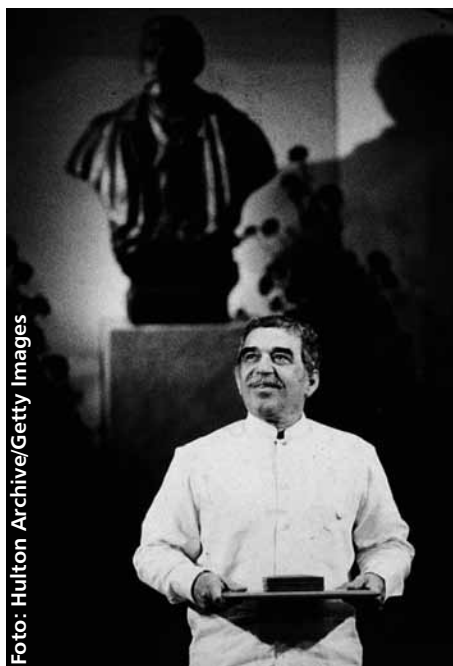


Foto: Hulton Archive/Getty Images

O escritor Gabriel García Márquez, durante seu discurso na Academia Sueca de Letras

gressistas aos seus próprios países não pode ser um objetivo da América Latina, com métodos diferentes em condições desiguais?”

García Márquez reclamou da visão europeia, distorcida.

“A interpretação de nossa realidade em cima de padrões que não são os nossos serve apenas para nos tornar ainda mais desconhecidos, ainda menos livres, ainda mais solitários.”

Por suas contas, em 1982, o país que se poderia criar com todos os exilados e emigrantes forçados da América Latina teria uma população maior que a da Noruega.

“Ouso dizer que é esta desproporcional realidade, e não apenas sua expressão literária, que mereceu a atenção da Academia Sueca de Letras. Uma realidade não de papel, mas que vive dentro de nós e determina cada instante de nossas incontáveis mortes de todos os dias, e que nutre uma fonte de criatividade insaciável, cheia de tristeza e beleza, da qual este errante e nostálgico colombiano não passa de mais um, escolhido pelo acaso.”

O escritor se perguntava, mesmo assim, como pôde “chamar a atenção de uma maneira tão comprometedora deste tribunal de árbitros tão severos”. E respondeu: “Quero crer, amigos, que esta seja, mais uma vez, uma homenagem que se rende à poesia”.

Outros latinos

Além de Gabriel García Márquez, o Prêmio Nobel de Literatura, concedido desde 1901 pela Academia Sueca de Letras, contemplou outros cinco escritores latino-americanos. São eles: a poeta chilena Gabriela Mistral, em 1945; o poeta e romancista guatemalteco Miguel Ángel Asturias, em 1967; outro poeta chileno, Pablo Neruda, em 1971; o poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz, em 1990; e o romancista peruano Mario Vargas Llosa, em 2010.



Gabriela Mistral



Qualquer lugar

Arcinélío Caldas (*)



prestada a última homenagem ao deputado Simão.

A Câmara, reunida em sessão especial, reconhecia, embora tardiamente, os relevantes serviços prestados pelo valoroso homem público à comunidade do sertão são-joanense.

O ato de respeito e enaltecimen-

to do astuto, hábil e saudoso deputado foi precedido de discurso comandado pelo farmacêutico local, vereador filiado à Arena, Amaro Bom Gosto, a pedido do presidente da Câmara Municipal.

Do outro lado da tribuna instalada na necrópole para o evento, ainda sob os efeitos das ucas sorvidas no dia, estava Tônico, ferrenho opositor do homenageado. A cada referência elogiosa emitida pelo orador sobre Simão, Tônico meneava a cabeça e sussurrava um muxoxo de discordância. Negaceava as evidentes referências elogiosas e sinceras sobre a vida e a obra do conterrâneo.

Amaro Bom Gosto, ao encerrar a sua peroração, dirige súplicas ao Criador, emociona os presentes ao ato e assevera:

– Tenho certeza absoluta de que o deputado Simão irá para bom lugar.

Atônito, farto dos rasgados elogios ao desafeto político, o vereador Tônico, em devaneio, brada intermitente:

– Ele pode ir para qualquer lugar, mas para Bom Lugar não manda não, porque, lá, eu não deixo entrar!

(*) Advogado da CAIXA em Campos dos Goytacazes/RJ.

Apesar das desavenças políticas, muito comuns no cenário republicano, Tônico, vereador de São João da Barra, filiado ao MDB, representante do distrito de Barra Seca, não deixou de ir ao sepultamento de um dos seus desafetos. Bebia umas e outras, no boteco de Bracutaia, com arraia desfiada à moda do Porto, preparando-se para atravessar o rio Paraíba do Sul na canoa de um barqueiro de Gargaú que, impaciente, cobrava dele o cumprimento do horário de chegada à sede do município para as exéquias de Simão.

Asseverava o timoneiro:

– Enterro e missa de sétimo dia não esperam por ninguém. Não atrasam nunca. Estão todos doidos para se ver livre do defunto e do incômodo. Aperta o passo, vereador, pois Bom Lugar não pode ficar sem representação no enterro de nosso inesquecível deputado.

Na região, as disputas eleitorais alternavam Arena e MDB. Finda a ditadura militar, o país se preparava para a abertura democrática. O último município do litoral norte do Estado do Rio de Janeiro vivia um momento eufórico entre os seus filhos pelo separatismo e, em sessão pública na capela do cemitério local, era

Ser poeta

Laurenço Neto (*)



Ser poeta é ser indulgente
Amar às largas o mundo
Ter pensamentos rotundos
E percepção do que sente
É arder-se em pensamento

Mais das vezes desconexo
Burilar, polir o léxico
E pôr nisso seu cimento
É coser com a palavra

A pura ideia flamejante
Assombrosa e infamante
Que agora é sua escrava
Doce e lenta agonia

É transformar com formosura
A palavra, a rima dura
Verdadeira alquimia

Quando assedia a dor bruta
Do querer sem inspiração
Os frêmitos de consumição
Desgastante e interna luta

Há poemas canalhas
Que escreves e refutas
Que a tratar-te como putas
Cortam-te quais navalhas

Outros doces, como filha
Obediente e sincera
Que surpresas não encerra
Isolados como ilha
É deixar-se ler na alma

No que há de mais profundo
Ser um nobre, um vagabundo
Ter na esperança uma arma
E quando a vida então romper

Com pueril fascinação
Colhe esta inspiração
Corre, põe-te a escrever!

(*) Advogado da CAIXA em Salvador.

ADVOCEF EM REVISTA

ANO XIII | Nº 135 | MAIO | 2014

Leia nesta edição

JurisTantum

A Solidão da América Latina

Gabriel García Márquez

3 Razões para comemorar o Dia Nacional do Quinto

4 Conheça os nomes e os planos da nova Diretoria

11 A CAIXA funciona, diz o empresário Jorge Gerdau

18 O verdadeiro significado dos congressos da ADVOCEF

26 O que a revolução digital (não) muda na leitura

30 Homenagem ao escritor Gabriel García Márquez



Mesa do I Congresso da ADVOCEF, em 1995



A solidão da América Latina

Antonio Pigafetta, navegador florentino que acompanhou Magalhães na primeira viagem em volta do mundo, escreveu, na ocasião de sua passagem pelas terras do sul de nossa América, um relato minuciosamente apurado, mas que na verdade parece mais um delírio fantasioso.

Nessa viagem, ele diz que viu porcos com umbigos nas ancas, pássaros sem garras cujas fêmeas botavam os ovos nas costas de seus parceiros, e ainda outros, lembrando pelicanos deslinguados, com bicos feito colheres.

Ele disse ter visto uma criatura desengonçada, com cabeça e orelhas de mula, corpo de camelo e pernas de veado, que relinchava como cavalo. Descreveu como o primeiro nativo encontrado na Patagônia se olhou no espelho, e em seguida, o impassível gigante perdeu a razão, aterrorizado com sua própria imagem.

“O país que se poderia criar com todos os exilados e emigrantes forçados da América Latina teria uma população maior que a da Noruega.”

Este curto e fascinante livro, que já naquela época continha as sementes de nossos atuais romances, é sem dúvida o mais pungente relato da realidade nossa daquele tempo.

Os cronistas das Índias nos deixaram outros incontáveis relatos. Eldorado, nossa terra ilusória e tão

avidamente procurada, apareceu em numerosos mapas durante anos, deslocando-se de lugar e de forma de acordo com a fantasia dos cartógrafos.

Em sua procura pela fonte da eterna juventude, o mítico Alvar Núñez Cabeza de Vaca explorou o norte do México por oito anos, numa iludida expedição cujos membros devoraram uns aos outros e, dos seiscentos que foram, apenas cinco voltaram.

Um dos muitos mistérios imagináveis daquela época é o das onze mil mulas, cada uma carregando cinquenta quilos de ouro, que um dia deixaram Cuzco para pagar o resgate de Atahualpa e nunca chegaram ao seu destino. Depois disso, no tempo das colônias, galinhas vendidas em Cartagena de Índias eram criadas em terrenos de aluviões e em suas moelas eram encontradas pequenas pepitas de ouro.

A cobiça de ouro de nossos fundadores nos perseguiu até recentemente. No fim do último século [XIX], uma missão alemã, indicada para estudar a construção de uma ferrovia interoceânica, através do istmo do Panamá, concluiu que o projeto era viável com uma condição: que os trilhos não fossem feitos com aço, que era raro na região, mas com ouro.

Nossa independência da dominação dos espanhóis não nos pôs fora do alcance da loucura. O general Antonio López de Santana, três vezes ditador do México, providenciou um magnífico funeral para a perna direita que ele perdera na chamada Guerra dos Pastéis. O general Gabriel García Moreno governou o Equador por 16 anos como um monarca absoluto; em seu velório, o corpo ficou sentado



Gabriel García Márquez

Nasceu em 06/03/1927, em Aracataca, na Colômbia, e morreu em 17/04/2014, na Cidade do México. Autor de obras como “Cem Anos de Solidão” (que lançou o realismo mágico), “Ninguém Escreve ao Coronel”, “Crônica de uma Morte Anunciada”, “O Outono do Patriarca” e “O Amor nos Tempos do Cólera”, entre várias outras de imenso sucesso no mundo todo. Jornalista e romancista, cursou, mas abandonou no início, o curso de Direito.

Este texto compõe o discurso que o escritor proferiu em 08/12/1982, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura na Academia Sueca de Letras. A tradução é do jornalista Gilberto G. Pereira.

na cadeira presidencial, vestido com o uniforme completo e decorado com uma camada protetora de medalhas.

O general Maximiliano Hernández Martínez, o déspota teosófico de El Salvador, que teve 30 mil

camponeses aniquilados num massacre selvagem, inventou um pêndulo para detectar veneno em sua comida, e mantinha as lâmpadas das ruas envolvidas em papel vermelho para vencer uma epidemia de escarlatina. A estátua do general Francisco Morazán, na praça principal de Tegucigalpa, é na verdade do marechal Ney, comprada num depósito de esculturas de segunda mão em Paris.

Onze anos atrás [1971], o chileno Pablo Neruda, um dos brilhantes poetas de nosso tempo, iluminou este público com suas palavras. Desde então, os europeus de boa vontade – e às vezes aqueles de má vontade também – têm sido arrebatados, com cada vez mais força, pelas novidades fantásticas da América Latina, esse reino sem fronteiras de homens alucinados e mulheres históricas, cuja infinita obstinação se confunde com a lenda.

Não temos tido sequer um minuto de sossego. Um prometeico presidente, entrincheirado em seu palácio em chamas, morreu lutando contra um exército inteiro, sozinho; e dois suspeitos acidentes de avião, ainda por explicar, abreviaram a vida de um grande presidente e a de um militar democrata que tinha ressuscitado a dignidade de seu povo.

Já ocorreram cinco guerras e dezessete golpes militares; surgiu um diabólico ditador que está realizando em nome de Deus o primeiro etnocídio da América Latina de nosso tempo. Nesse ínterim, 20 milhões de crianças latino-americanas morreram antes de completar um ano de vida – mais do que as que nasceram na Europa desde 1970.

Os desaparecidos pela repressão chegam a quase 220 mil. É como se ninguém soubesse onde foi parar a população inteira de Uppsala. Várias mulheres presas grávidas deram à luz nas prisões argentinas, e ainda ninguém sabe do paradeiro e da identidade de seus filhos, que foram furtivamente adotados ou

enviados para orfanatos por ordem das autoridades militares.

Porque tentaram mudar esta situação, quase 200 mil homens e mulheres morreram em todo o continente, e mais de cem mil perderam suas vidas em três pequenos e malfadados países da América Central: Nicarágua, El Salvador e Guatemala. Se fosse nos Estados Unidos, seria o equivalente a um milhão e seiscentos mil mortes violentas em quatro anos.

“Nem enchentes nem pragas, nem fome nem cataclismos, nem mesmo as eternas guerras foram capazes de subjugar a persistente vantagem que a vida tem sobre a morte.”

Um milhão de pessoas abandonaram o Chile, um país com tradição de hospitalidade – ou seja, doze por cento da população. O Uruguai, pequenina nação de dois milhões e meio de habitantes, que se considerava o país mais civilizado do continente, perdeu para o exílio um em cada cinco de seus cidadãos.

Desde 1979, a guerra civil de El Salvador vem produzindo quase um refugiado a cada vinte minutos. O país que se poderia criar com todos os exilados e emigrantes forçados da América Latina teria uma população maior que a da Noruega.

Ouso dizer que é esta desproporcional realidade, e não apenas sua expressão literária, que mereceu a atenção da Academia Sueca de Letras. Uma realidade não de papel, mas que vive dentro de nós e determina cada instante de nossas incontáveis mortes de todos os dias, e que nutre uma fonte de criatividade insaciável, cheia de tristeza e beleza, da qual este

errante e nostálgico colombiano não passa de mais um, escolhido pelo acaso.

Poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e canalhas, todas as criaturas desta indomável realidade, temos pedido muito pouco da imaginação, porque nosso problema crucial tem sido a falta de meios concretos para tornar nossas vidas mais reais. Este, meus amigos, é o cerne da nossa solidão.

E se estas dificuldades, cuja essência compartilhamos, nos atrasa, é compreensível que os talentos racionais desta parte do mundo, exaltados na contemplação de sua própria cultura, se encontrem sem meios apropriados de nos interpretar.

É simplesmente natural que eles insistam em nos medir com o mesmo bastão que medem a si mesmos, se esquecendo de que as intempéries da vida não são as mesmas para todos, e que a busca pela nossa própria identidade é tão árdua e sangrenta para nós quanto foi para eles.

A interpretação de nossa realidade em cima de padrões que não são os nossos serve apenas para nos tornar ainda mais desconhecidos, ainda menos livres, ainda mais solitários.

A venerável Europa talvez pudesse ser mais perceptiva se tentasse nos ver em seu próprio passado. Se ela recordasse simplesmente que Londres levou 300 anos para construir seu primeiro muro, e mais 300 para ter um bispo; que Roma labutou numa penumbra de incertezas por 20 séculos, até que um rei etrusco a fizesse entrar para a história; e que a pacífica Suíça de hoje, que nos deleita com seus leves queijos e simpáticos relógios, derramou o sangue da Europa como soldados mercenários, no final do século XVI. Mesmo no alto da Renascença, 12 mil lansquenets pagos pelo exército imperial saquearam e devastaram Roma e trespassaram oito mil de seus habitantes na espada.

Não quero incorporar as ilusões de Tonio Kröger, cujos sonhos de unir um casto norte a um sul apaixonado foram exaltados aqui, há 53 anos, por Thomas Mann. Mas realmente acredito que aqueles europeus esclarecidos que lutaram, inclusive aqui, por um lar mais justo e humano, pudessem nos ajudar muito melhor se reconsiderassem sua maneira de nos ver.

A solidariedade com nossos sonhos não vai nos fazer menos solitários, enquanto isso não for traduzido em atos concretos de apoio legítimo às pessoas que aceitam a ilusão de ter uma vida própria na divisão do mundo.

A América Latina não quer, nem tem qualquer razão para querer, ser massa de manobra sem vontade própria; nem é meramente um pensamento desejoso que sua busca por independência e originalidade deva se tornar uma aspiração do Ocidente. No entanto, a expansão marítima que estreitou essa distância entre nossas Américas e a Europa parece, ao contrário, ter acentuado nosso distanciamento cultural.

Por que a originalidade nos foi agraciada tão prontamente na literatura e tão desconfiadamente nos foi negada em nossas difíceis tentativas de mudanças sociais? Por que pensar que a justiça social perseguida pelos europeus progressistas aos seus próprios países não pode ser um objetivo da América Latina, com métodos diferentes em condições desiguais?

Não: as incomensuráveis violência e dor de nossa história são o resultado de antigas iniquidades e amarguras caladas, e não uma conspiração tramada a três mil léguas de nossa casa.

Mas muitos líderes e intelectuais europeus têm pensado assim, com a infantilidade de seus antepassados que se esqueceram do proveitoso excesso de sua juventude, como se fosse impossível chegar a outro destino que não o de viver entre a cruz e a espada. Isto, meus amigos, é o tamanho exato de nossa solidão.

Apesar disso, à opressão, ao saque e abandono, respondemos com vida. Nem enchentes nem pragas, nem fome nem cataclismos, nem mesmo as eternas guerras, séculos após séculos, foram capazes de subjugar a persistente vantagem que a vida tem sobre a morte. Uma vantagem que cresce e acelera: todo ano, há 74 milhões de nascimentos a mais do que mortes, número suficiente de novas vidas para multiplicar, a cada ano, a população de Nova York sete vezes.

A maioria desses nascimentos ocorre em países de menos recursos – incluindo, claro, os da América Latina. Contraditoriamente, os países mais prósperos se realizaram acumulando poderes de destruição, com força bastante para aniquilar, num total de cem vezes, não apenas todos os seres humanos que já existiram até hoje, mas também todos os seres vivos que um dia respiraram neste planeta infeliz.

“É natural que me interrogasse como pude chamar a atenção deste tribunal de árbitros tão severos. Quero crer que esta seja uma homenagem que se rende à poesia.”

Um dia como hoje, meu mestre William Faulkner disse: “Eu me recuso a aceitar o fim da humanidade”. Não seria digno de mim estar num lugar em que ele esteve se eu não tivesse plena consciência de que a tragédia colossal que ele se recusou a reconhecer, 32 anos atrás, é agora, pela primeira vez desde o começo da humanidade, nada além de uma simples possibilidade científica.

Cara a cara com esta realidade horrenda que pode ter parecido uma mera utopia em toda a existência humana, nós, os inventores das fábulas, que

acreditamos em qualquer coisa, nos sentimos inclinados a acreditar que ainda não é tarde demais para nos engajarmos na criação da utopia oposta.

Uma nova e avassaladora utopia da vida, onde ninguém será capaz de decidir como os outros morrerão, onde o amor provará que a verdade e a felicidade serão possíveis, e onde as raças condenadas a cem anos de solidão terão, finalmente e para sempre, uma segunda oportunidade sobre a terra.

Agradeço à Academia Sueca de Letras por me distinguir com um prêmio que me põe à altura de muitos dos que me orientaram e enriqueceram meus anos de leitor e de celebrador diário desse delírio sem cura que é o ofício de escrever. Seus nomes e suas obras me aparecem hoje como sombras tutelares, mas também como o compromisso, com frequência agonizante, que se adquire com esta honra. Uma dura honra que neles me pareceu de simples justiça, mas que em mim entendo como mais uma dessas lições que o destino impõe para nos surpreender, e que fazem evidente nossa condição de brinquedo de um acaso indecifrável, cuja única e desoladora recompensa costuma ser, na maioria das vezes, a incompreensão e o esquecimento.

Por isso é natural que me interrogasse, lá nesse fundo secreto onde costumamos nos espantar com as verdades mais essenciais que assenta nossa identidade, que tem sido o sustento constante de minha obra, como pude chamar a atenção de uma maneira tão comprometedora deste tribunal de árbitros tão severos. Confesso sem falsa modéstia que não me é fácil encontrar a razão disso, mas quero crer que tenha sido a mesma que desejei. Quero crer, amigos, que esta seja, mais uma vez, uma homenagem que se rende à poesia. À poesia por cuja virtude o inventário brumoso das naus que o velho Homero enumerou em sua

Ilíada é visitado por um vento que as impulsiona para navegar com sua presteza intemporal e alucinada. A poesia que sustenta, nos refinados andaimes dos tercetos de Dante, toda a fábrica densa e colossal da Idade Média. A poesia que com tão milagrosa totalidade resgata nossa América nas *Alturas de Machu Pichu* de Pablo Neruda, o grande, o maior, e de onde destilam sua tristeza milenar os melhores sonhos

sem saída. A poesia, enfim, essa energia secreta da vida cotidiana, que coze os grãos na cozinha e contagia o amor e replica as imagens nos espelhos.

Em cada linha que escrevo, trato sempre, com maior ou menor acerto, de invocar os espíritos esquivos da poesia, e trato de deixar em cada palavra o testemunho de minha devoção a suas virtudes de adivinhação e a sua permanente

vitória contra os surdos poderes da morte. O prêmio que acabo de receber, entendo-o, com toda a humildade, como a consoladora revelação de que minha tentativa não foi em vão. É por isso que convido a todos vocês a brindar por aquilo que um grande poeta de nossas Américas, Luis Cardoza y Aragón, definiu como a única prova concreta da existência do homem: a poesia.

Mostras do encanto

A jornalista Anna Carolina Lementy, da revista *Época*, selecionou trechos de três obras em que o escritor Gabriel García Márquez mostra, entre outras coisas, “como, numa única frase, conseguia garantir que o leitor chegaria à última página de seus romances”. “*Cem Anos de Solidão*” começa assim:

“Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento, o Coronel Aureliano Buendía havia de recordar aquela tarde remota em que seu pai o levou para conhecer o gelo. Macondo era então uma aldeia de vinte casas de barro e taquara, construídas à margem de um rio de águas diáfnas que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes como ovos pré-históricos. O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo. Todos os anos, pelo mês de março, uma família de ciganos esfarrapados plantava a sua tenda perto da aldeia e, com um grande alvoroço de apitos e tambores, dava a conhecer os novos inventos. Primeiro trouxeram o ímã. Um cigano corpulento, de barba rude e mãos de pardal, que se apresentou com o nome de Melquíades, fez uma truculenta demonstração pública daquilo que ele mesmo chamava de a oitava maravilha dos sábios alquimistas da Macedônia. Foi de casa em casa arrastando dois lingotes metálicos, e todo o mundo se espantou ao ver que os caldeirões, os tachos, as tenazes e os fogareiros caíam do lugar, e as madeiras estalavam com o desespero dos pregos e dos parafusos tentando se desencravar, e até os objetos perdidos há muito tempo apareciam onde mais tinham sido procurados, e se arrastavam em debandada turbulenta atrás dos ferros mágicos de Melquíades. “As coisas têm vida própria”, apregoava o cigano com áspero sotaque, “tudo é questão de despertar a sua alma.”

“Do Amor e Outros Demônios” conta a história de Sierva Maria *Todos los Ángeles*, mordida ainda menina por um cachorro com raiva. “Acreditam que está possuída pelo demônio e a abandonam num convento, onde deve

ser exorcizada. Um padre, Cayetano Delaura, é chamado para cuidar dela, e os dois descobrem então que o amor é o mais incontrollável dos demônios.” Um trecho:

“Ao terminar, Cayetano tomou a mão de Sierva María e a pôs sobre seu coração. Ela sentiu lá dentro o fragor da tempestade. – Estou sempre assim – disse ele. E sem lhe dar tempo ao pânico, libertou-se da matéria turva que o impedia de viver. Confessou que não passava um instante sem pensar nela, que tudo o que bebia e comia tinha gosto dela, que a vida era ela a toda hora e em toda parte, como só Deus tinha o direito e o poder de ser, e que o gozo supremo de seu coração seria morrer com ela. Continuou falando sem a fitar, com a mesma fluidez e o mesmo calor com que recitava, até que teve a impressão de que Sierva María tinha dormido. Mas ela estava atenta, fixos nele os seus olhos de corça assustada. Apenas se atreveu a perguntar: – E agora? – Agora nada – disse ele. – Basta que saibas.”

O terceiro trecho, de “*Memória de Minhas Putas Tristes*”, narra “as aventuras sexuais de um senhor de 90 anos, colaborador regular de um jornal, que jamais fez sexo sem pagar:

“O tema da crônica daquele dia, é claro, eram os meus noventa anos. Nunca pensei na idade como se pensa numa goteira no teto que indica a quantidade de vida que vai nos restando. Era muito menino quando ouvi dizer que se uma pessoa morre os piolhos incubados no couro cabeludo escapam apavorados pelos travesseiros, para vergonha da família. Isso me impressionou tanto que tosei o coco para ir à escola, e até hoje lavo os escassos fiapos que me restam com sabão medicinal de cinza e ervas milagrosas. Quer dizer, me digo agora, que desde muito menino tive mais bem formado o sentido do pudor social que o da morte. Fazia meses que tinha previsto que minha crônica de aniversário não seria o mesmo e martelado lamento pelos anos idos, mas o contrário: uma glorificação da velhice.”